



---

Informe Anual  
Desempenho Econômico-financeiro 2015

---

ceg rio

gasNatural  
fenosa 



Manuel Ángeles Ortiz.  
**Albaicín.**  
1958.  
54,2 x 66,5 cm.  
Óleo sobre tela.  
Museu de Arte  
Contemporânea (MAC)  
da Gas Natural Fenosa.



Este informe reproduz obras de arte pertencentes à coleção do *Museu de Arte Contemporâneo* (MAC - Museu de Arte Contemporânea) da Gas Natural Fenosa. Acesse o site, escaneando este código QR com o seu dispositivo móvel.





Informe Anual 2015

# Sumário

Carta do Presidente do Conselho de Administração – Ceg Rio 06

Mensagem do Presidente e do Country Manager 08

## MODELO DE NEGÓCIO E CRIAÇÃO DE VALOR

Cenários macroeconômico e energético 12

Gas Natural Fenosa apresenta trajetória de crescimento sólido e sustentável no Brasil 14

Atuação no mercado não regulado

Evolução da atividade da Ceg Rio 16

## RESULTADO OPERACIONAL

Atividade comercial 40

Clientes atendidos

Vendas de gás

Vendas para o Mercado Convencional

Vendas para geração elétrica

Contratos de fornecimento de gás

Revisão de Tarifas para o Quinquênio 2013-2017

Serviço a Clientes 45

Busca constante pela excelência no atendimento

Gestão Jurídica 46

Atividade técnica 46

Meio Ambiente

Segurança

## RESULTADOS FINANCEIROS

Recursos investidos 52

Sumário financeiro 53

Resultado Financeiro

Remuneração aos acionistas 55

Financiamentos 56

Panorama tributário 56

## VALOR GERADO PARA A SOCIEDADE

Relacionamento com a sociedade 62

Acionistas 63

## A ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva 68

Conselho de Administração (Efetivos) 68

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 72



Este informe reproduz obras de arte pertencentes à coleção do *Museo de Arte Contemporâneo* (MAC - Museu de Arte Contemporânea) da Gas Natural Fenosa. Acesse o site, escaneando este código QR com o seu dispositivo móvel.



## Carta do Presidente do Conselho de Administração – Ceg Rio

Senhores,

A Gas Natural Fenosa é o grupo multinacional líder no setor energético. Está entre os Top 100 grupos empresariais do mundo. Encerrou o exercício 2015 com um lucro líquido de 1.502 milhões de euros e incrementou seu Ebitda consolidado em até 5.376 milhões de euros.

Esse crescimento esteve sustentado pela solidez dos negócios regulados e pela expansão das operações na América Latina, que permitiram fazer frente ao contexto de um ambiente energético complexo.

Desde que começou a operar no Brasil, a Gas Natural Fenosa já investiu R\$ 5,8 bilhões nas suas três distribuidoras de gás, sendo boa parte destinada à expansão de suas redes. Somos hoje o maior grupo em vendas de gás natural atuando no país e, em 2015, tivemos um total de vendas de 9.462 milhões de metros cúbicos.

Apesar da crise econômica e política que se estabeleceu em 2015, o Brasil teve destaque entre os demais países latino americanos por registrar um Ebitda, de 263 milhões de euros, o que equivale a 41,3% do Ebitda total.

A Ceg Rio foi responsável por parte desse resultado positivo do país já que, mesmo considerando-se o panorama econômico desfavorável, suas vendas médias diárias totais de gás natural foram de 10.467,5 mil m<sup>3</sup>/dia, mantendo-se em linha com o resultado do exercício passado.

O fornecimento de gás pela Ceg Rio atualmente já abrange 24 municípios com rede de gás natural canalizado e mais 11 municípios que são atendidos com gás natural comprimido – GNC, totalizando 35 municípios na sua área de concessão.

Os mercados que registraram crescimento mais expressivo de vendas foram o residencial e o comercial, que tiveram um aumento de 16,1% e de 28,1% respectivamente. Esses resultados passam pelo aumento dos investimentos que chegaram a R\$ 54.209 mil, valor 95,9% superior a 2014. Esses recursos voltaram-se principalmente para novas redes de média e baixa pressão, que são justamente aquelas que atendem aos clientes residenciais e comerciais.

Esses números mostram que a Companhia vem registrando a cada ano uma grande diversificação de seus mercados e com isso tornando-se menos dependente do segmento industrial, que até há pouco tempo era o seu principal mercado. O total de clientes da Ceg Rio chegou a 55.550, o que representa um importante aumento de 20,6% com relação a 2014.

Seguindo sua vocação de levar a distribuição de gás ao interior do Estado do Rio, o crescimento dos mercados residenciais e comerciais revelam o esforço da Ceg Rio no sentido de atender a um número cada vez maior de clientes nessa área. Da mesma forma, o incremento do segmento de gás natural veicular (GNV) – que teve aumento de 4,41% no volume das vendas – é resultado também da abertura de novos postos no interior e da ampliação do serviço de fornecimento através de GNC.

Um fato a destacar foi a assinatura de um Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o qual permite que a companhia passe a atender suas redes locais a partir de gasodutos virtuais, com GNC ou Gás Natural Liquefeito (GNL). Com isso, a Ceg Rio pode substituir a construção de gasodutos físicos para atendimento a todos os municípios da sua área de concessão, inclusive para Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu.

Todos esses indicadores são o espelho do crescimento dessa companhia, que já é a quarta maior distribuidora de gás do país, e revelam que estamos no caminho certo. Principalmente porque, ao melhorar a infraestrutura dos municípios onde exerce sua atividade, a Ceg Rio acaba por colaborar com o próprio desenvolvimento do interior do Estado do Rio.

Estamos certos de que todas essas conquistas se devem muito a acertada estratégia de gestão do grupo, focando o crescimento de forma a garantir um futuro saudável ao negócio e às pessoas nele envolvidas.

Para finalizar, agradeço aos nossos colaboradores, clientes, acionistas e ao Governo do Estado do Rio, por nos permitirem atuar com desenvoltura e segurança, conduzindo esta companhia para um caminho de crescente sucesso.

Muito obrigado.

**Sergio Aranda**  
Presidente do  
Conselho de Administração



## Mensagem do Presidente e do Country Manager

Senhores,

É com muita satisfação que apresentamos este relatório de atividades da Ceg Rio em 2015, que traz indicadores positivos, os quais reforçam nossa crença de que estamos contribuindo para o contínuo crescimento da participação do gás natural na matriz energética brasileira.

Apesar da situação econômica do país, que trouxe algumas consequências inevitáveis para o mercado de gás no Brasil, a Companhia manteve seu projeto de crescimento em toda sua área de concessão.

A Ceg Rio encerrou o ano com investimentos totais de R\$ 54 milhões, 95,9% superior ao mesmo período do ano anterior. A maior parte foi aplicada na construção de novas redes de média e baixa pressão. Essas redes são justamente aquelas que atendem os clientes residenciais e comerciais, dando suporte ao ritmo das captações e ao incremento de clientes nesses dois segmentos.

Graças a essas obras de expansão, a Ceg Rio captou 11.309 clientes, 30,7% a mais do que o registrado no exercício anterior. De todos os segmentos atendidos, o comercial foi o que apresentou maior taxa de crescimento, 37,3% a mais do verificado no ano anterior.

O resultado positivo na captação de novos clientes permitiu à empresa encerrar o ano com um total de 55.500 clientes atendidos.

O mercado de GNV também fechou em alta na área da Ceg Rio. Foram abertos cinco novos postos de revenda do combustível e o volume de vendas para esse segmento cresceu 4,41%. Um resultado muito positivo se considerarmos que em todo o Brasil houve queda de 3,2% no consumo de gás para uso veicular.

Ao longo do ano, as vendas de gás chegaram a 10,5 milhões de metros cúbicos, mantendo-se praticamente em linha com o alcançado no ano anterior, o que se revela positivo diante do panorama econômico desfavorável observado no país em 2015.

Assim como nas demais empresas do grupo Gas Natural no Brasil, a Ceg Rio conseguiu, no período, os melhores índices de segurança, tanto no contexto laboral como no da segurança industrial, em matéria de distribuição e de utilização.

Na área de responsabilidade social, intensificou sua presença no cotidiano da população carioca, através do apoio a programas de caráter educativo, social e cultural, como o Petrópolis Gourmet. Por meio desse projeto o público teve a oportunidade de visitar os circuitos ecoturais da região e conhecer de perto a cultura e produção dos alimentos. A Companhia também deu apoio ao projeto Fazenda Histórica – Viagem ao Tempo dos Barões e Escravos. Através de visitas guiadas por historiadores, alunos da rede pública do Vale do Café, no Rio de Janeiro, foram levados à Fazenda São Luiz da Boa Sorte, em Vassouras, onde tiveram aulas em campo, com atividades lúdicas.

Foi, enfim, um ano de muitos avanços e esperamos poder continuar respondendo às melhores expectativas sobre nós depositadas.

Com postura profissional e a confiança de seus acionistas, a Ceg Rio conseguiu contornar as dificuldades e continuar no seu caminho de desenvolvimento. Uma das grandes responsáveis por essa vitória foi a equipe da empresa, a quem agradecemos sinceramente. Aos demais parceiros também, em especial, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, o nosso muito obrigado.

**Bruno Armbrust**  
Presidente da  
Gas Natural Fenosa Brasil

**Antoni Almela**  
Country Manager da  
Gas Natural Fenosa Brasil

Informe Anual 2015

## Modelo de Negócio e Criação de Valor

Cenários macroeconômico e energético 12

Gas Natural Fenosa apresenta trajetória de crescimento sólido e sustentável no Brasil 14

Atuação no mercado não regulado

Evolução da atividade da Ceg Rio 16



Fernando Babio.  
**Paisagem na neblina 2**  
(*Paisaje en la niebla 2*).  
1978.  
38 x 47 cm.  
Óleo sobre tela.  
Museu de Arte  
Contemporânea (MAC)  
da Gas Natural Fenosa.



## Cenário macroeconômico e energético

O ano de 2015 transcorreu em um cenário desafiador para o Brasil e demais países da América Latina. A queda da demanda internacional de *commodities* afetou as rendas dessas economias, pressionando principalmente as atividades exportadoras e as contas fiscais. Isso provocou uma depreciação generalizada da cotação das moedas, um fluxo de saída de capitais e um encarecimento do custo da dívida.

No continente asiático, a matriz econômica da China, principal demandante das *commodities* exportadas pelo Brasil, passou por mudanças significativas, deixando de priorizar investimentos em infraestrutura e aumentando sua dependência do consumo doméstico. Essa reconfiguração levou a uma desaceleração do crescimento da economia do país, com previsões de se estabilizar em patamares próximos a 6% – a metade do ritmo de dez anos atrás. Além disso, a recuperação da economia norte-americana, que ocasionou a primeira elevação de juros básicos após dez anos pelo *Federal Reserve*, refletiu em uma elevação do custo da dívida para economias emergentes como o Brasil.

Nesse contexto, as exportações e os investimentos públicos e privados de países produtores de *commodities* da



América Latina sofreram uma retração com impacto na atividade econômica.

Dessa forma, o governo brasileiro adotou uma política visando à contenção do *déficit* fiscal e manteve o ritmo de arrocho monetário iniciado em 2014, buscando limitar a tendência crescente da inflação, que alcançou o patamar de 10,67%, em 2015, medida pelo IPCA. Porém, o *déficit* fiscal primário em 2015 foi recorde, representando 1,88% do PIB. Diante da falta de medidas eficazes capazes de reduzir efetivamente o *déficit* fiscal, ao longo do ano as três agências internacionais qualificadoras de risco rebaixaram a nota de crédito do Brasil e tiraram o grau de investimento da dívida soberana.

Adicionalmente, a Petrobras, que tem impacto considerável na atividade

econômica do país, atravessa uma crise derivada de uma antiga política de congelamento de preço da gasolina adotada pelo governo para controlar a inflação; da queda do preço do petróleo; de um elevado grau de alavancagem e ainda das investigações judiciais por irregularidades na contratação de serviços e realização de investimentos. Esse contexto a forçou a reduzir consideravelmente seu plano de investimentos e a adotar um programa de desinvestimentos em ativos não estratégicos, propagando um impacto na atividade e um estresse financeiro à para a atividade industrial do país, de uma forma geral, e para o ramo de construção civil, com empresas envolvidas nas referidas investigações.

Essa conjuntura aprofundou ainda mais a recessão econômica, provocando uma queda de 3,8% no PIB do país.

No setor de petróleo e gás, a atual situação da Petrobras requer que o governo faça uma revisão das políticas-chave para o desenvolvimento da indústria, como a regulação de conteúdo local; a possível operação de terceiros no pré-sal e os desinvestimentos em áreas de gás e energia, trazendo, assim, a oportunidade de ampliar a participação de agentes privados em um setor em que a Petrobras tem mantido um monopólio.

Apesar da conjuntura adversa e em função dos investimentos de longo prazo já realizados, o pré-sal alcançou, em dezembro de 2015, o patamar recorde de 1,091 Mboe/d, representando 34,4% da produção total do país, de 3,164 mm<sup>3</sup>/dia, que cresceu 2,2% frente a dezembro de 2014, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Além disso, o pré-sal também possibilitou a superação da marca de produção de 100 mm<sup>3</sup>/dia de gás natural ao final do ano, embora praticamente a metade desse volume seja consumida na própria atividade de *upstream*. Por isso, continuou sendo fundamental a importação de gás para fornecimento ao mercado interno, com uma média de 32 mm<sup>3</sup>/dia importada via gasoduto Brasil-Bolívia e a regasificação de 17,94 mm<sup>3</sup>/dia de gás natural liquefeito (GNL), de acordo com o Boletim do Ministério de Minas e Energia.

Embora o preço do gás importado tenha acompanhado a queda do preço do petróleo, a depreciação do Real e o fim da política de descontos praticados pela Petrobras reverteram esse impacto. Assim, o preço médio da *commodity*

praticado pela Petrobras teve, no ano, um acréscimo de 18% quando medido em Reais. Do lado da demanda, o volume consumido de gás natural experimentou uma leve queda de 1,3% em 2015, alcançando uma média anual de 98 mm<sup>3</sup>/dia. O segmento industrial, com uma demanda média de 43 mm<sup>3</sup>/dia, recuou apenas 0,4%, mostrando importante resiliência apesar da forte retração da atividade industrial no ano.

O mercado residencial/comercial teve um crescimento do 1,1%, impulsionado principalmente pela estratégia de captação de clientes por parte das principais distribuidoras do país. Assim, alcançou-se a marca de 2,8 milhões de clientes residenciais no Brasil, com um incremento no ano de quase 8%. O segmento automotivo (GNV) contraiu-se pelo sétimo ano consecutivo, com uma queda de 3,2%, em decorrência da recessão econômica.

Exatamente como em 2014, o setor de geração elétrica manteve-se como o principal segmento da demanda de gás natural, concentrando quase 50% do volume total de vendas no país. E isso apesar da queda na demanda elétrica e como consequência da estratégia do governo de manter a geração termelétrica para recuperar os níveis dos principais reservatórios do país. Vale destacar que, no mercado elétrico, a demanda de energia em 2015 foi de 464 TWh, com recuo de 2,1% frente a 2014. A principal motivação dessa retração esteve na demanda industrial, que experimentou uma queda de 5,3% no ano.

O mercado residencial/comercial teve um crescimento do 1,1%, impulsionado principalmente pela estratégia de captação de clientes por parte das principais distribuidoras do país. Assim, alcançou-se a marca de 2,8 milhões de clientes residenciais no Brasil, com um incremento no ano de quase 8%.



## Gas Natural Fenosa apresenta trajetória de crescimento sólido e sustentável no Brasil

A Gas Natural Fenosa é uma multinacional líder no setor de gás e eletricidade. Presente em mais de 30 países, com 23 milhões de clientes, a empresa é a maior do mercado de distribuição de gás na Espanha, com mais de 5 milhões de clientes em mil municípios. A empresa também lidera o mercado de distribuição de gás na América Latina, estando presente em Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.

Com mais de 170 anos de história, a empresa baseia seu negócio nos mercados regulados e liberalizados de gás e eletricidade, com uma contribuição crescente da atividade internacional. A companhia foi eleita, pelo quarto ano consecutivo, a líder mundial no setor de *utilities* de gás, segundo o índice *Dow Jones Sustainability*. Esse reconhecimento é concedido apenas a um reduzido grupo de empresas que têm excelente comportamento ambiental, social e ético.

Em seus 18 anos de atuação no Brasil, a Gas Natural Fenosa apresenta uma trajetória de crescimento sólido e sustentável. A empresa iniciou suas atividades em 1997, quando venceu o leilão de privatização do serviço de distribuição de gás e passou a operar a Ceg e a Ceg Rio, a primeira com atuação na região metropolitana do Rio de Janeiro e a segunda no interior do estado. A Ceg é a que reúne o maior número de clientes,



um total de 873.585, e está presente em 18 municípios. Já a Ceg Rio opera em 33 municípios, com um total de 55.550 clientes.

Em São Paulo, na região sul, a Gas Natural Fenosa começou suas atividades no ano 2000. Na ocasião, tratava-se de uma área *greenfield*, onde não havia serviço de distribuição de gás. Hoje a empresa, com sede em Sorocaba, ocupa a posição de 3ª maior distribuidora em número de clientes, com uma carteira de mais de 57 mil consumidores e uma rede com mais de 1,4 mil km de extensão.

Desde que começou a operar no Brasil, a Gas Natural Fenosa investiu R\$ 5,8 bilhões nas três distribuidoras de gás, sendo boa parte destinada à expansão de suas redes. As três empresas atendem juntas um total de 986.395 clientes, estão presentes em 71 municípios e operam uma rede de 7,03 mil km de extensão.

As três áreas de concessão são reguladas. No Rio de Janeiro a fiscalização é realizada pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio

(Agenera) e, em São Paulo, pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps).

Se considerarmos a soma dos resultados financeiros alcançados pelas três distribuidoras de gás, a Gas Natural Fenosa está entre os 100 maiores grupos do Brasil.

### Atuação no mercado não regulado

Com a criação da Gas Natural Serviços (GNS), também em 2000, o grupo iniciou suas atividades no mercado não regulado. A empresa comercializa soluções energéticas, cogeração, climatização, geração em ponta e compressão de gás para postos de gás natural veicular (GNV). A empresa também realiza a venda e instalação de aquecedores e oferece assistência domiciliar, inclusive por meio de planos de manutenção de equipamentos a gás e elétricos. Como diferencial de mercado, a empresa busca garantir a aplicabilidade das normativas vigentes e a preservar a segurança de seus clientes, que hoje já são cerca de 30 mil, atuando de forma a fomentar o consumo de gás. Em linha com seus objetivos estratégicos, aliados à oportunidade de mercados decorrentes da atual situação energética do país, a GNS vem ampliando, nos últimos anos, seu negócio no segmento de geração elétrica, cogeração e iluminação de LED.

A empresa Gas Natural do Brasil (GNB) também integra o grupo, tendo como finalidade participar no capital de outras empresas, prestar serviços de assessoria energética, elaborar estudos de viabilidade e de mercado, além da participação em projetos e programas de termogeração e termoeletricidade.



## Evolução da Atividade da Ceg Rio



**Clientes captados no ano:** As altas, por gestão comercial, acumuladas em 2015 totalizaram 11.039 clientes, frente às altas de 8.448 clientes realizadas no ano anterior, sendo 10.798 residenciais, 250 comerciais, 3 industriais e 5 postos de GNV. Devido à maior atividade comercial da Ceg Rio, as captações foram 30,7% superiores ao mesmo período de 2014. Em 2015, houve um incremento líquido (altas menos baixas) de 9.497 clientes, quando no ano anterior resultou em 7.165 clientes. Dessa forma, este índice aponta para o bom desempenho da gestão comercial na captação de novos clientes, sendo certo que o resultado obtido é traduzido pelo número do incremento líquido de clientes.



**Total de clientes:** O número total de clientes da companhia em 2015 somou 55.550, o que representa um aumento de 20,6% com relação a 2014, quando a Companhia possuía 46.053 clientes. Dessa forma, apesar do cenário econômico adverso observado em 2015, a Companhia manteve o seu ritmo de crescimento. No segmento comercial a Ceg Rio passou a atender a 207 novos clientes e, além disso, passou a fornecer gás natural a mais de 9.280 novas residências. Dessa forma, a cada ano vem ampliando a diversificação de seus mercados e melhorando seus resultados, que se tornam cada vez menos dependentes do segmento industrial.



**Vendas:** As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 10.467,5 mm<sup>3</sup>/dia, mantendo-se praticamente em linha com o resultado do ano anterior, o que reflete um cenário positivo considerando-se o panorama econômico desfavorável observado no país em 2015. Nesse sentido, observamos que a redução da atividade industrial gerou um impacto de -9,8% nas vendas para esse segmento. Esse resultado positivo das vendas – que foi beneficiado em parte pela redução das tarifas a partir de janeiro de 2014 e pelo aumento dos preços dos demais combustíveis no curso de 2015 – decorreu principalmente das vendas para os segmentos residencial e comercial, que tiveram um aumento de 16,1% e de 28,1%, respectivamente. Vale destacar também o bom desempenho da gestão comercial no seu esforço para a captação de novos clientes na área de concessão da Ceg Rio e também a manutenção das vendas para o mercado termelétrico, que teve um aumento de 1,2% frente a 2014, somando 8.078,02 mil m<sup>3</sup>/dia.



**Investimentos:** Os investimentos no período totalizam R\$ 54.209,00 mil, montante 95,9% superior ao mesmo período do ano passado, quando somaram R\$ 27.677,00 mil. Importante destacar que, frente a 2014, a Companhia aumentou seus investimentos em novas redes de média e baixa pressão. Essas redes são justamente aquelas que atendem aos clientes residenciais e comerciais, dando suporte ao ritmo das captações e ao incremento de clientes nesses dois segmentos.



## Resultado Operacional

### Atividade comercial 40

- Clientes atendidos
- Vendas de gás
- Vendas para o Mercado Convencional
- Vendas para geração elétrica
- Contratos de fornecimento de gás
- Revisão de Tarifas para o Quinquênio 2013-2017

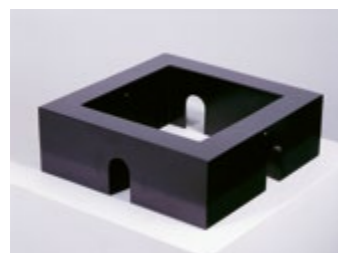
### Serviço a Clientes 45

- Busca constante pela excelência no atendimento

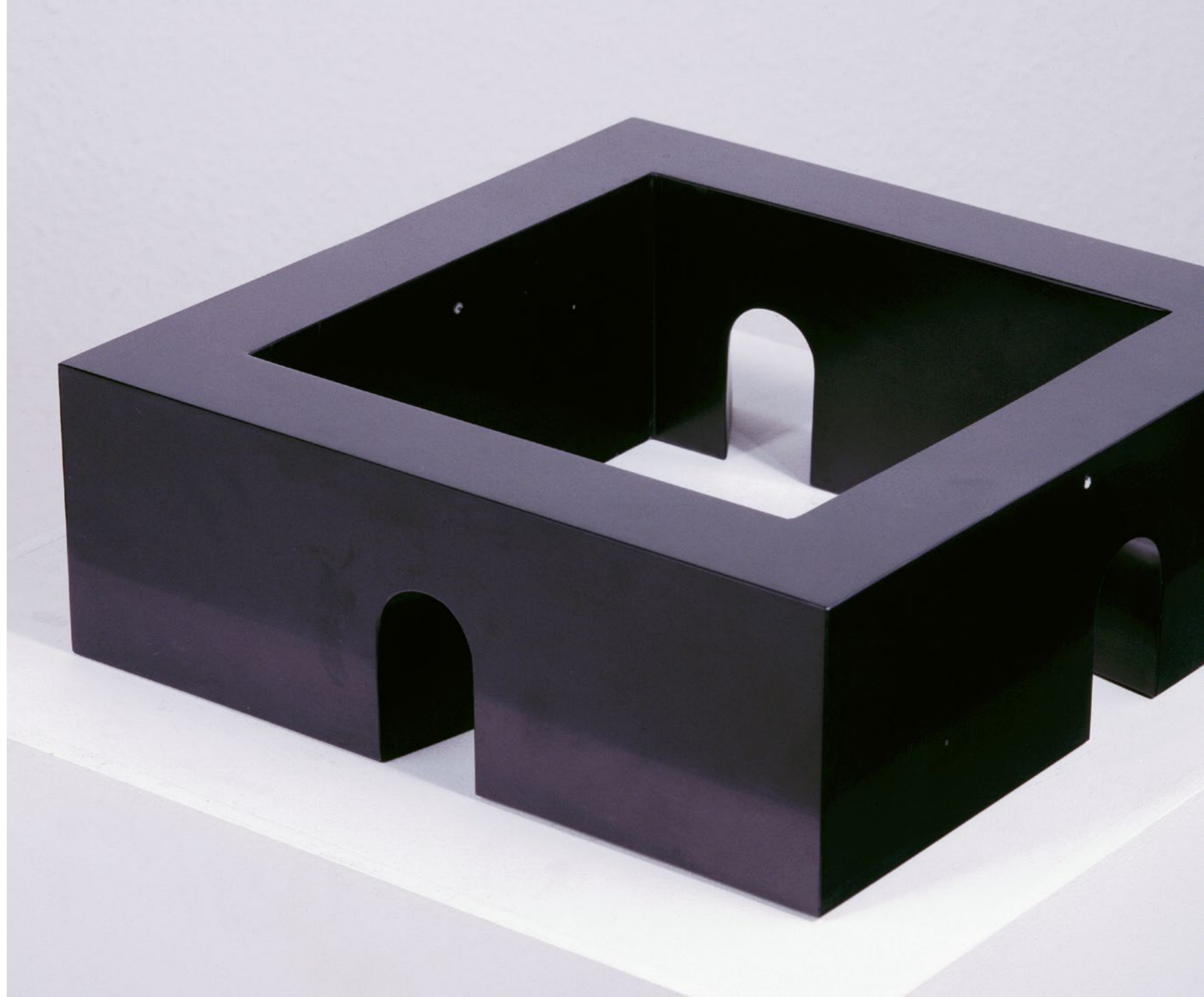
### Gestão Jurídica 46

### Atividade técnica 46

- Meio Ambiente
- Segurança



Adrián Carra.  
**Children's corner.**  
1989.  
36 x 36 x 12 cm.  
Pedra de Calatorao.  
Museu de Arte  
Contemporânea (MAC)  
da Gas Natural Fenosa.



## Atividade comercial

### Clientes atendidos

Atualmente, a Ceg Rio está presente em 24 municípios com rede de gás natural canalizado nas regiões Norte e Noroeste Fluminense; Baixada Litorânea; Região Serrana; Médio Paraíba e Centro Sul do Estado.

São eles: Arraial do Cabo (com quase 1,3 mil clientes); Barra do Pirai; Barra Mansa; Cabo Frio (mais de 8,2 mil clientes), Campos dos Goytacazes (mais de 15,6 mil clientes); Casimiro de Abreu; Engenheiro Paulo de Frontin; Itatiaia; Macaé (mais de 8,7 mil clientes); Nova Friburgo (mais de 2,4 mil clientes); Paraíba do Sul; Petrópolis (mais de 4,4 mil clientes); Pirai; Porto Real; Quatis; Resende (com quase 4 mil clientes); Rio das Flores; Rio das Ostras (mais de 2,9 mil clientes), São Pedro D'Aldeia; Três Rios (mais de 1,4 mil clientes); Teresópolis (mais de 2,5 mil clientes atendidos com rede através do sistema estruturante, no qual é construída rede que recebe gás natural por meio do sistema GNC – Gás Natural Comprimido) e Volta Redonda (com 1,8 mil clientes).

Os municípios de Carapebus e Quissamã já possuem rede de gás canalizado e a atividade de distribuição de gás natural já está pronta para ter início, mas ainda não existem clientes ligados à rede.

Angra dos Reis, Araruama, Iguaba Grande, Itaipava (Distrito de Petrópolis), Paty do Alferes, Paraty, Rio Bonito, Santo Antônio de Pádua, Valença e Vassouras já possuem clientes atendidos por meio de sistema de Gás Natural Comprimido – GNC.



Municípios Atendidos	2015
Com rede de gás canalizado	24
Com GNC	11
<b>Total</b>	<b>35</b>

A Ceg Rio chegou ao final do exercício de 2015 com 9.497 novos usuários em toda sua área de concessão – um crescimento de 20,6% frente ao ano anterior. Dessa forma, a empresa encerrou o período com uma base de 55.550 clientes nos diferentes segmentos.

No **segmento residencial**, a Companhia já atende a 54.587 clientes. Quase a metade (44,5%) deles, em um total de 23.856, está localizada nas cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé. Nessa região – Norte Fluminense – houve um aumento de 3.440 clientes residenciais. Na Região dos Lagos, onde os municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, São Pedro D'Aldeia e Rio das Ostras são atendidos com rede de gás canalizado, houve um aumento de 2.378 clientes, totalizando 12.888 residências atendidas com gás natural canalizado. Na Região Serrana já são 9.359 clientes residenciais atendidos, com um aumento de 1.931 novos clientes.

O maior incremento percentual no número de clientes residenciais foi constatado no município de Três Rios, onde o aumento foi de 70,7%, com 602 novas residências recebendo gás natural canalizado. Destaque também para o município de Rio das Ostras, que teve um crescimento de 53%, totalizando 1.012 novos clientes residenciais atendidos no ano. Esses resultados demonstram o esforço da Companhia para atender a um número cada vez maior de clientes no interior do Estado.

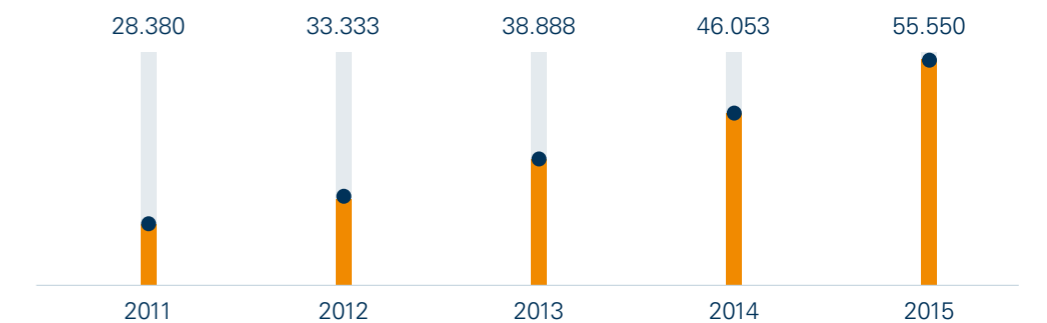
O **segmento comercial** teve um incremento de 37,3% no número de clientes frente a 2014. Com isso, a Ceg Rio já atende a 736 pequenos comércios e a 26 grandes comércios em sua área de concessão.

No **mercado de GNV** (Gás Natural Veicular), houve incremento de 3,6% no número total de clientes, fechando 2015 com 114 postos de GNV. Foram abertos 5 novos postos e 1 posto apenas deixou de ser abastecido em 2015.

No **segmento industrial**, a companhia passou a atender a mais 2 novos clientes, somando um total de 85 clientes industriais, o que se tornou positivo diante do cenário econômico desfavorável que o país atravessou em 2015 e considerando que no ano anterior a empresa teve a redução de 3 clientes neste segmento.

Número de Clientes	2015	2014	Variação %
Residencial	54.587	45.303	20,5%
Comercial	762	555	37,3%
Industrial	85	83	2,4%
Geração Elétrica	2	2	0,0%
Postos de GNV	114	110	3,6%
<b>Total</b>	<b>55.550</b>	<b>46.053</b>	<b>20,6%</b>

### Evolução do número de clientes nos últimos 5 anos



A Ceg Rio chegou ao final do exercício de 2015 com 9.497 novos usuários em toda sua área de concessão – um crescimento de 20,6% frente ao ano anterior. Dessa forma, a empresa encerrou o período com uma base de 55.550 clientes nos diferentes segmentos.

### Vendas de gás

As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 10.467,5 mil m<sup>3</sup>/dia, mantendo-se praticamente em linha (-0,8%) com as vendas em 2014, que somaram 10.547,4 mil m<sup>3</sup>/dia. Esse resultado reflete um cenário positivo considerando-se o panorama econômico desfavorável observado no país em 2015.



### Vendas para o Mercado Convencional

As vendas para o **segmento industrial**, afetado pela redução da atividade produtiva no curso de 2015 em decorrência da crise econômica, sofreram uma queda de -9,8% em comparação com o ano anterior. Apesar da captação de 2 novos grandes clientes neste segmento, o principal cliente industrial da Ceg Rio, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), desacelerou seu ritmo de produção, impactando diretamente o consumo de gás natural.

Por outro lado, beneficiados com a redução das tarifas vigentes a partir de janeiro de 2014 e pelo aumento do preço do GLP, gás liquefeito de petróleo (botijão), no curso de 2015, os **segmentos residencial e comercial** apresentaram importantes incrementos, de 16,1% e 28,1%, respectivamente. Além da melhora na competitividade do gás natural canalizado frente ao gás de botijão, esses resultados devem-se também

à forte ação comercial da Companhia com o desenvolvimento de ofertas e de programas de incentivo e treinamentos para colaboradores da área de vendas visando à captação, o que resultou em um aumento de 20,6% da base de clientes. Vale destacar também a entrega de novos imóveis do programa *Minha Casa Minha Vida*, que impactou positivamente no resultado das vendas para o segmento residencial.

O incremento de 4,41% no volume das vendas para o **mercado de GNV** frente ao ano anterior, embora tenha sido beneficiado pelo aumento do preço de outros combustíveis, é resultado também da abertura de novos postos, que estão levando à interiorização da oferta do GNV, e da ampliação do serviço de fornecimento de gás natural através do sistema GNC. Esse resultado é ainda mais positivo e merece maior destaque levando-se em conta a redução de 3,2% no volume de vendas apuradas em todo o Brasil para o segmento de GNV, de acordo com a Abegás e o Ministério de Minas e Energia.

Para fomentar o uso do GNV, em 2015 a Companhia deu continuidade à campanha publicitária – veiculada em diversas mídias, como jornais, revistas e rádio – que esclareceu sobre os mitos relacionados à utilização do GNV com kit de 5ª geração e suas vantagens econômicas frente a outros combustíveis. Além disso, a campanha *Frotas*, que já beneficiava pessoas jurídicas, foi ampliada para pessoas físicas. De acordo com o programa, as empresas que em 2015 converteram para o sistema GNV 5 carros em oficinas credenciadas pelo Inmetro, fazendo a instalação do kit de 5ª geração (ou apenas 2 carros se a Oficina tivesse também o Selo 10), receberam um cartão de abastecimento de GNV (*Ticket Car*) no valor de R\$ 600,00. E, desde 2015, as pessoas físicas que converteram 1 veículo de sua propriedade, em oficina credenciada pelo Inmetro, fazendo a instalação do kit de 5ª geração, puderam receber um bônus de abastecimento no valor de R\$ 400,00. Os regulamentos dos dois programas estão disponíveis no site da empresa.

### Vendas para geração elétrica

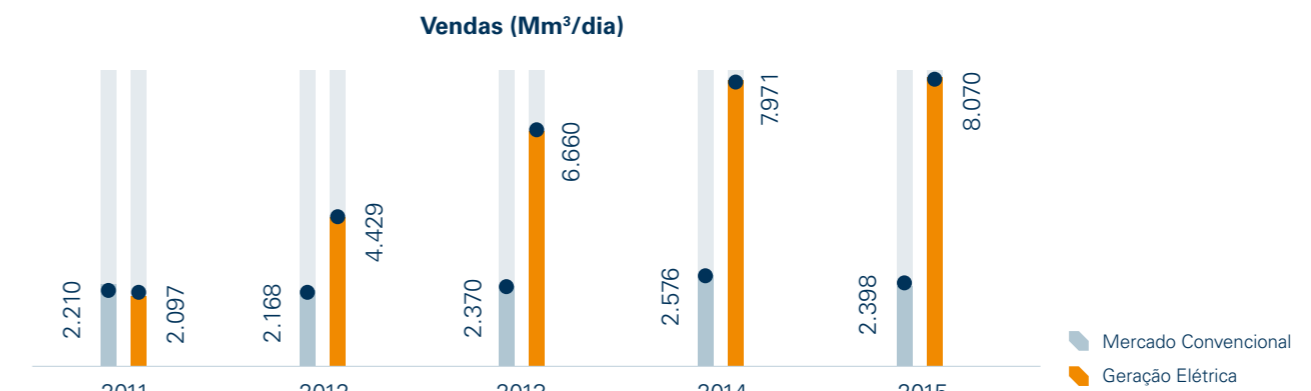
As vendas de gás para as termelétricas do Rio de Janeiro, situadas na área de concessão da Ceg Rio, registraram, em 2015, um aumento de 1,2% em comparação com o ano anterior. O fato indica a manutenção do elevado índice de despacho de energia a partir das térmicas. Esse índice deu-se em consequência do reduzido nível dos reservatórios de água, assim como o verificado no ano anterior, o que justificou a necessidade de acionamento das térmicas.

O despacho das térmicas no período ficou em torno 8.070,02 mm<sup>3</sup>/dia, quando em 2014 foi de 7.970,52 mm<sup>3</sup>/dia.



Vendas (mil m <sup>3</sup> /dia)	2015	2014	Variação %
Residencial	10,33	8,90	16,1%
Comercial	7,74	6,04	28,1%
Industrial	1.874,9	2.078,8	-9,8%
Postos de GNV	504,6	483,1	4,4%
Total do mercado convencional	2.397,5	2.576,8	-7,0%
Geração Elétrica	8.070,02	7.970,52	1,2%
<b>Total</b>	<b>10.467,5</b>	<b>10.547,4</b>	<b>-0,8%</b>

### Evolução do volume de vendas nos últimos 5 anos



## Contratos de fornecimento de gás

### Contrato de fornecimento de gás – Mercado Convencional

Em 14 de outubro de 2015, foi firmado o aditivo nº 8 ao contrato vigente de fornecimento de gás com a Petrobras, com prazo de vigência até 31/12/2019.

A modificação introduzida por este aditivo é: (i) pressão de fornecimento mínima (Kg/cm<sup>2</sup> g) no ponto de entrega de Pirai, que passou de 34,0 Kg/cm<sup>2</sup> g para 32,0 Kg/cm<sup>2</sup> g.

### Contrato de fornecimento de gás – Mercado Termelétrico

Em 18 de dezembro de 2015, foi firmado o aditivo ao Contrato de Fornecimento de Gás Natural Canalizado para atendimento à Usina Termelétrica de Campos dos Goytacazes, prorrogando-se sua vigência por mais um ano, até 31 de dezembro de 2019.

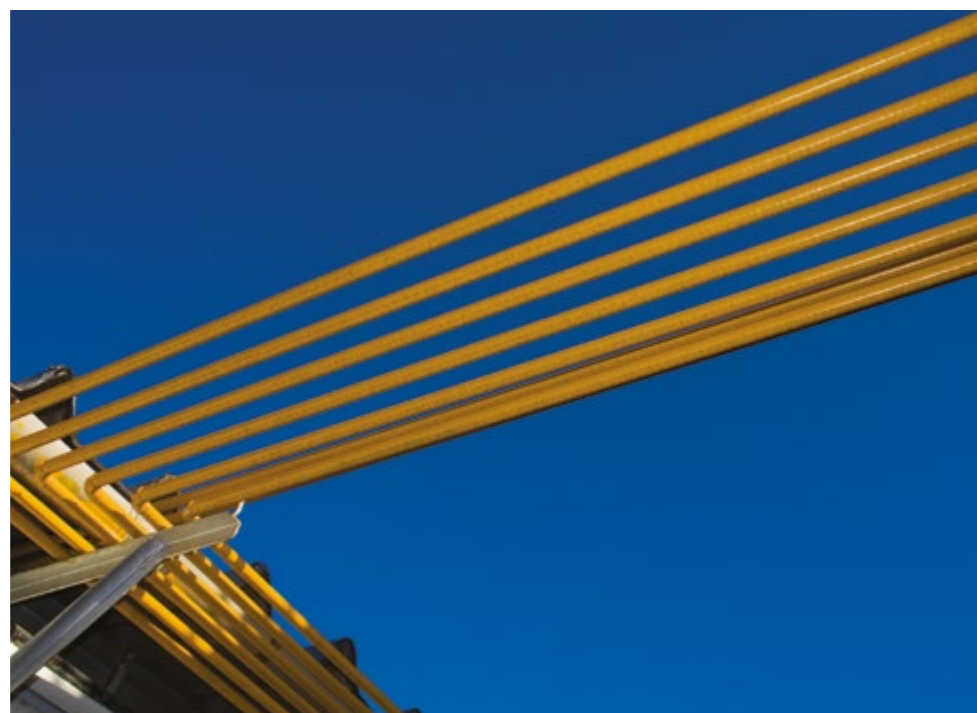
Em 31 de março de 2015, foram firmados aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Gás Natural entre a Petrobras e a Ceg Rio para fornecimento à Usina Termelétrica Mario Lago, prorrogando-se sua vigência até 31 de dezembro de 2019.

## Revisão de Tarifas para o Quinquênio 2013-2017

As tarifas de gás canalizado vigentes para o quinquênio de 2013-2017 começaram a ser aplicadas em 01 de janeiro de 2014, através da publicação da Deliberação Agenersa nº 1.880. Em 05 de maio de 2014, foi publicada a Deliberação Agenersa nº 2.034, de 28 de abril de 2014, concluindo o Processo Regulatório da 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária. Nesta última etapa foram julgados os recursos interpostos pela Concessionária. A Revisão Tarifária do Quinquênio 2013-2017, aprovada pelo conselho diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenersa, apresenta uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757% e o plano de investimentos proposto pela Concessionária, além de aprovar o redesenho da estrutura tarifária proposta pela Ceg Rio e estabelecer uma compensação por conta da subexecução

de investimentos do quinquênio 2008-2012. Como resultado para o quinquênio vigente, as margens da Concessionária sofrem uma redução -13,70% e uma redução adicional, pelo fator de retroatividade, aplicado às margens de 2014 a 2017, de -7,91%.

Em 1 de dezembro de 2014, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, permitindo que a Concessionária atenda suas redes locais a partir de gasodutos virtuais, através de Gás Natural Comprimido (GNC) ou Gás Natural Liquefeito (GNL), desobrigando a mesma da construção de gasodutos físicos para ligação da malha de distribuição à rede local. Dessa forma, o Termo Aditivo permitiu a substituição da construção de gasodutos físicos para atendimento – através de GNC ou GNL – a todos os municípios da área de concessão da Ceg Rio, inclusive para Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu.



## Serviço a Clientes

### Busca constante pela excelência no atendimento

Mantendo o foco na satisfação do cliente, a Companhia implantou novos projetos e ações que geraram resultados positivos e consolidaram a imagem de excelência no atendimento ao cliente durante 2015.

Foram desenvolvidas e implantadas diversas ações operativas para melhora na qualidade do atendimento telefônico, e a meta da Pesquisa de Satisfação de Atenção Telefônica (8,7) foi atingida no 1º trimestre de 2015.

Outro fator relevante foi o resultado global de satisfação do cliente, que tinha como objetivo uma pontuação mínima em 8,5 e, no último trimestre de 2015, foi alcançado o indicador 8,83. Além desse resultado representativo, a Ceg Rio está à frente das demais concorrentes energéticas no índice indicador de recomendação por clientes.

A Companhia diversificou os canais de contato com o público estabelecendo um diálogo mais próximo com seus clientes, através de seus perfis nas redes sociais *Facebook, Twitter, Instagram, YouTube*. No *Facebook*, – no qual a empresa tinha, em dezembro de 2015, 1,1 mil seguidores – a Ceg Rio mantém um aplicativo por meio do qual o cliente pode encaminhar suas dúvidas e solicitações.

Desde de outubro de 2014, através do site da Companhia, a Agência Virtual proporciona mais agilidade e segurança, com diversos serviços e facilidades *on-line* para os clientes. E também foi mantido o serviço de atendimento aos portadores de necessidades especiais e o recebimento de faturas em braille, para clientes portadores de deficiências visuais.

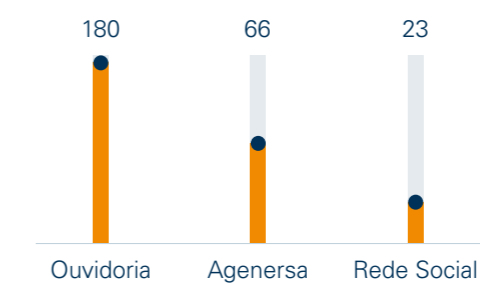


O sistema de atendimento móvel viabilizou a prestação de serviços presenciais a clientes residenciais localizados em municípios que ainda não dispõem de agências. O serviço é oferecido pelo menos uma vez por mês, funcionando das 9 h às 16 h. A divulgação da localização e das datas do atendimento é feita no site da Gas Natural Fenosa e na mídia. A Agência Móvel realiza serviços como emissão de segunda via de conta, troca de titularidade, inclusão de débito automático, pedido de instalação de gás, emissão de nada consta, recebimento de reclamações, recebimento de documentos, pedido de fornecimento de gás para pessoa jurídica, entre outros.

O Projeto Fórum de Escuta, que funciona desde 2012 – no qual comitês quinzenais formados por colaboradores das áreas operativas da Companhia analisam os atendimentos do *call center* e propõem ações de melhorias de processos – teve um aumento na quantidade de ligações monitoradas em 2015. A partir dessa análise, os comitês identificam mudanças que devem ser realizadas para que a experiência do cliente com a empresa seja ainda mais positiva.

A Oficina de Garantia de Serviço ao Cliente atendeu 269 clientes em 2015 por meio da sua Ouvidoria, das redes sociais e da Agenersa, atingindo 99% dos indicadores da qualidade em relação aos prazos de resposta da Ouvidoria e Agenersa.

### Atendimentos realizados



(\*) Redes sociais: *Facebook, Twitter* e site Reclame Aqui.

## Gestão Jurídica

A Companhia foi pioneira no projeto Conversa com o Judiciário, desenvolvido em parceria com o Instituto Justiça e Cidadania, que visa a estimular o diálogo entre o Poder Judiciário e as empresas, com vistas a melhorar suas práticas de gestão e reduzir demandas judiciais. Por meio desse projeto são realizadas palestras que visam a esclarecer aos colaboradores da Companhia e convidados a respeito de assuntos relacionados, por exemplo, aos direitos do consumidor e cidadania, visando ao *compliance* jurídico das práticas empresariais. Entre os meses de março e julho foram realizadas quatro palestras.

## Atividade Técnica

Em 2015, dando seguimento ao projeto que visa a atender ao Distrito de Itaipava, no município de Petrópolis, foi iniciada a construção da estação de descompressão de gás natural e assentados 4,8 km de rede PE de média pressão no distrito, com o objetivo de permitir a expansão da rede de distribuição nessa região.

Também foi substituída a Estação de Regulagem e Medição (ERM) que atende à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), possibilitando o aumento de consumo desse cliente industrial.

A Ceg Rio possui um sistema de detecção preventiva que inspeciona constantemente a rede de distribuição de gás e, por isso, manteve as valorações dos índices de segurança muito positivas, medidas de acordo com as mais eficientes referências internacionais, e dentro dos objetivos fixados no início do ano pelo Grupo Gas Natural Fenosa.

A rede de distribuição de gás da região está dentro de padrões internacionais de segurança e de confiabilidade.

## Meio Ambiente

Alinhada às Diretrizes e à Política de Responsabilidade Corporativa da Gas Natural Fenosa, a Ceg Rio implantou, certificou e mantém desde 2012 um Sistema de Gestão Ambiental em conformidade com a ISO 14001:2004, visando a atender ao compromisso de desenvolver suas atividades com foco na preservação ambiental e na utilização eficiente dos recursos naturais. Desde 2014 essa certificação foi ampliada para todas as atividades da Companhia.

Em função desse compromisso, a Companhia realizou, em 2015, diversas atividades de educação ambiental. Foram ministrados treinamentos abordando as questões ambientais e produzidos comunicados internos de conscientização quanto ao consumo consciente dos recursos naturais, descarte correto de resíduos, biodiversidade e redução de emissões atmosféricas.

gasNatural fenosa

**MUDE O DESTINO DOS SEUS RESÍDUOS.**  
A sustentabilidade começa com o seu despertar

PAPEL	PLÁSTICO	ÓLEO DE COZINHA	LIXO ELETRÔNICO
Papel e papéis: cerca de 6 meses	Embalagens, equipamentos, etc.: cerca de 450 anos	Óleo usado na cozinha: tempo indeterminado	Equipamentos eletrônicos ou seus componentes: cerca de 450 anos

Fonte: www.ambiental.org.br



**Inspeções ambientais:** Em 2015, foram realizadas sete inspeções ambientais a mais do que no ano anterior, passando a 12 inspeções, com a finalidade de avaliar o atendimento aos requisitos legais aplicáveis nas unidades administrativas da Ceg Rio, em cumprimento aos requisitos do Sistema Integrado de Gestão e em linha com a Política de Responsabilidade Corporativa da Gas Natural Fenosa.



**Formações e Campanhas:** Foram realizados 12 treinamentos relacionados ao tema Meio Ambiente, além de divulgados 15 Comunicados Internos, por e-mail, aos colaboradores. Foram publicadas 12 matérias jornalísticas na *newsletter* da Companhia e, ainda, foram apresentados três vídeos corporativos com conteúdo ambiental.



**Semana da Sustentabilidade:** Em referência ao dia Mundial do Meio Ambiente, tendo como público-alvo os colaboradores da Companhia, foi realizado o 1º Fórum Ambiental Sustentabilidade Biodiversidade com objetivo de difundir as práticas ambientais que estão sendo desenvolvidas pelo grupo e por empresas de referência, como o Instituto Ethos.

## Segurança

### Índices de Acidentabilidade

Em 2015, a segurança continuou sendo uma prioridade na atuação da Companhia. Os indicadores de acidentabilidade das empresas controladas pelo grupo Gas Natural Fenosa estão apresentados na tabela a seguir:

Índices	Objetivos da GNF*	Indicadores da GNF* Brasil
Acidentes do Trabalho – Índice de Frequência	≤ 1,85	0,00
Acidentes do Trabalho – mortais	0	0
Sistema de Distribuição – valoração	≥ 8,0	10,0

\*GNF – Grupo Gas Natural Fenosa, controlador da CEG RIO S/A

**Acidentes no sistema de distribuição de gás natural:** não houve acidentes no sistema de distribuição de gás natural e, conseqüentemente, não houve vítimas, permitindo fechar o ano com o indicador máximo (=10,0 pontos).

**Acidentes de trabalho:** quanto aos índices de acidentabilidade, o aspecto de frequência ficou em 0,00, pois não houve acidentes com afastamento, no período, envolvendo colaboradores da Ceg Rio.

Outro ponto em destaque foi a manutenção da certificação das empresas controladas pelo grupo Gas Natural Fenosa no Brasil pela empresa Certificadora AENOR, na OHSAS 18.001 (Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho).

**01** Nada é mais importante que a segurança e a saúde

**02** Todo acidente pode ser evitado

**03** A segurança é uma responsabilidade da Direção

**04** A segurança é uma responsabilidade individual

**05** Todos os trabalhos devem ser planejados e executados pensando na segurança

**“Na Gas Natural Fenosa, apenas aceitamos uma maneira de trabalhar: com segurança”.**

Comportamento Seguro  
**Segurança**  
Compromisso Visual  
gasNatural fenosa

**SIPAT 2015**

**Casa Segura.**  
De portas abertas para prevenir acidentes domésticos.

Visite o ambiente de simulação de riscos e saiba como deixar o dia a dia da sua família ainda mais seguro.

**Dia 27/07**  
9 às 17h  
Local: em frente ao Prédio da GNS.  
Visitas em grupo sujeitas à lotação.  
Faça sua inscrição pelo email [elliste@gasnatural.com](mailto:elliste@gasnatural.com)

compromisso **segurança** saúde  
gasNatural fenosa

### Outros fatos relevantes

**Projeto Compromisso com a Segurança e a Saúde:** A Companhia deu continuidade ao *Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde*, que visa a proporcionar uma mudança qualitativa na cultura de segurança da empresa, mediante um enfoque baseado nos comportamentos individuais seguros e na identificação e antecipação de situações de risco para os próprios colaboradores. O plano foi implantado através da Equipe Central de Projetos (ECP) e pela alta direção, com ações voltadas para colaboradores, liderança e empresas prestadoras de serviço e visou a assegurar que todos os colaboradores atuem considerando que a segurança é uma prioridade e que não deve haver tolerância com atos inseguros no ambiente da empresa.

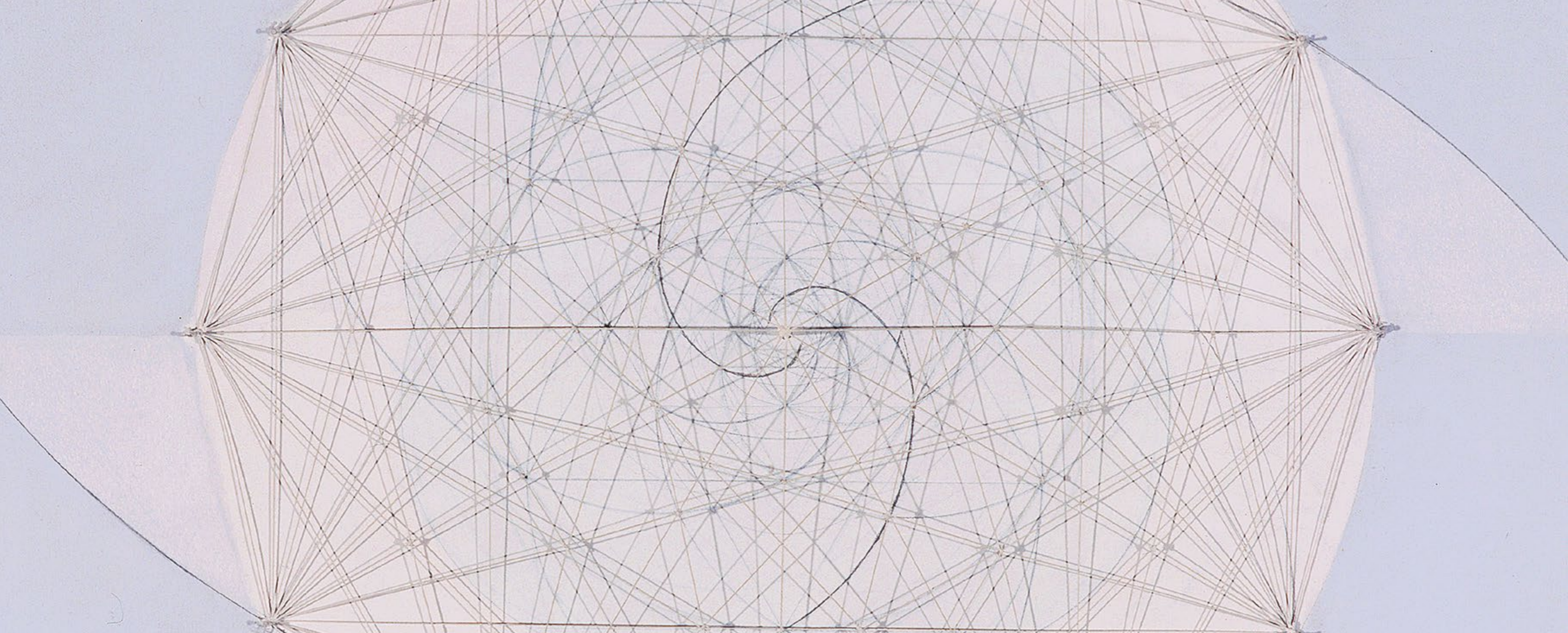
**A cultura preventiva também na cadeia de valor:** A importância do trabalho realizado pelas empresas prestadoras de serviço exige que a Companhia possa estender para elas a mesma cultura de prevenção com a qual desenvolve as suas próprias atividades. A extensão da cultura de prevenção baseia-se principalmente

no acompanhamento do desempenho das empresas colaboradoras. Assim, a Ceg Rio procura acompanhar eventuais acidentes que possam ocorrer com os colaboradores das empresas prestadoras de serviços, e para isso, desenvolveu ferramentas de monitoramento dos acidentes.

Além disso, a Ceg Rio exige que seus fornecedores e as empresas colaboradoras certifiquem que seu pessoal próprio tenha recebido formação específica em segurança e prevenção de riscos trabalhistas para a execução de serviços que serão prestados à Companhia. Eventualmente também realiza atividades visando a este tipo de formação.

**Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT:** Foi realizada no período de 27 a 31 de julho de 2015 e teve o objetivo de divulgar a importância da prevenção de acidentes de trabalho para colaboradores da Companhia. Foram realizadas palestras, enquetes teatrais, simulação casa segura com visitas guiadas, ações motivacionais e avaliações ergométricas.





Informe Anual 2015

## Resultados Financeiros

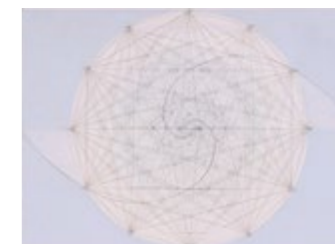
Recursos investidos 52

Sumário financeiro 53

Remuneração aos acionistas 55

Financiamentos 56

Panorama tributário 56



José María de Labra.  
**Galáxia espiral.**  
1976.  
50 x 71 x 6 cm.  
Técnica mista sobre madeira.  
Museu de Arte  
Contemporânea (MAC)  
da Gas Natural Fenosa.

## Recursos Investidos

Os investimentos operacionais em 2015 totalizam R\$ 54.209 mil, montante 95,9% superior ao mesmo período do ano passado, quando somaram R\$ 27.677 mil.

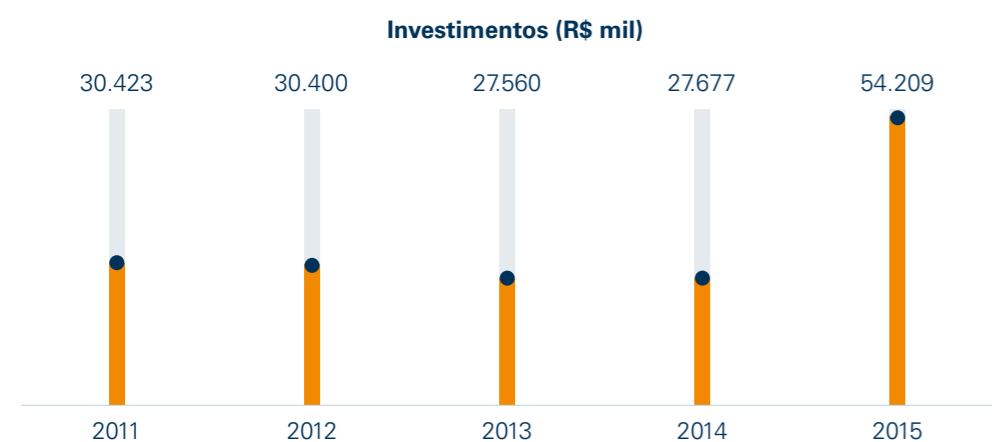
Frente a 2014, a Companhia intensificou seus investimentos em novas redes de média e baixa pressão, que visam a atender ao mercado convencional (residencial, pequenos e grandes comércios, industrial e GNV), dando suporte ao ritmo das captações e do incremento de clientes, principalmente nos segmentos residencial e comercial. Assim, com a expansão da rede de gás canalizado para a conexão de novos clientes, foi construída uma base de

descompressão de GNC – Gás Natural Comprimido para atender ao Distrito de Itaipava, no Município de Petrópolis, onde foram captados 618 clientes residenciais e oito pequenos comércios em 2015.

Parte dos investimentos foi direcionada para manutenção com maior renovação de redes e com a substituição da Estação de Regulagem e Medição (ERM) que atende ao cliente industrial Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), possibilitando o aumento de consumo desse cliente.

Além disso, foram iniciados, ainda em 2015, investimentos em reforços de infraestrutura de redes, como nos projetos Rialto e Cidade do Aço.

### Evolução dos Investimentos Operacionais nos últimos 5 anos



## Sumário Financeiro

### Receita Líquida

Em 2015, as receitas líquidas da Companhia tiveram um aumento de R\$ 77.414 mil frente ao ano anterior, chegando a R\$ 3.061.380 mil, o que representou um aumento de 2,59%, com relação a 2014, quando somaram R\$ 2.983.966 mil. Esse resultado positivo decorreu principalmente do aumento na base de clientes da Companhia frente ao ano anterior e do incremento do volume de vendas para geração elétrica em razão da crise hídrica que teve início em 2014 e estendeu-se pelo ano de 2015, mantendo-se a necessidade de despachos para as térmicas.

### Lucro Bruto

A Ceg Rio encerrou o ano de 2015 com um lucro bruto de R\$ 251.544 mil, aumentando em 7,47% os resultados obtidos em 2014. Assim, o aumento do lucro bruto frente ao ano anterior é de R\$ 17.485 mil, o que representa uma margem bruta de 8,21%.

### Lucro Operacional

O lucro operacional em 2015 foi de R\$ 163.746 mil, valor 1.775 mil inferior ao do ano anterior, ou seja, 1,07% abaixo do lucro operacional obtido em 2014. Esse resultado decorre do aumento dos custos operacionais suportados pela maior atividade comercial, com forte atuação na captação de novos clientes.

### Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício de 2015 chegou a R\$ 90.054 mil, valor 25,66% inferior ao alcançado no ano anterior, decorrente de um pior resultado financeiro observado em 2015.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2015	2014	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	3.061.380	2.983.966	77.414	2,59%
Lucro bruto	251.544	234.059	17.485	7,47%
Lajida (Ebitda)	195.347	181.399	13.948	7,69%
Lucro operacional	163.746	165.521	-1.775	-1,07%
Lucro líquido do exercício	90.054	121.143	-31.089	-25,66%

## LAJIDA (Ebitda)

A Comissão de Valores Mobiliários editou, em 04/10/2012, a Instrução Normativa 527/2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT).

A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação desse dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas.

Dessa forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM, inclusive os valores relativos a 2012, possibilitando a correta comparação do dado.

O Lajida de R\$ 195.347,00 mil, registrado em 2015, apresentou um aumento de 7,69% em comparação com o ano anterior. Nos últimos cinco anos o Lajida apresentou um aumento médio de 8%.

LAJIDA	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Lajida (R\$ mil)	195.347	181.399	13.948	7,69%
Lucro líquido do exercício	90.054	121.143	-31.089	-25,66%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	40.595	53.360	-12.765	-23,92%
Depreciação e amortização	31.601	17.135	14.466	84,42%

## Resultado Financeiro

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2015 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de elevação da taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 11,75% para 14,25%, em dezembro de 2015.

Com base no dado acima, a variação do resultado financeiro do ano de 2015 em relação a 2014 foi motivada pelo aumento dos encargos sobre dívida bancária gerada principalmente pelo maior volume de dívida e também pelo aumento da taxa Selic.

O endividamento líquido da empresa, que era de 34% em 2014, subiu para 42,2%, em 2015.

LAJIDA	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Resultado financeiro	-33.223	-629	-33.852	5.181,88%

## Remuneração aos Acionistas

No dia 3 de dezembro de 2015, foi aprovado, na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o pagamento dos juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 12.011 mil, a ser pago em parcela única, no mês de julho de 2016. Farão jus ao benefício os acionistas titulares de ações na data da realização da Assembleia de Acionistas.

Em consonância com a Deliberação 683/12 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), no mês de dezembro de 2015, foram contabilizados os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 12.304. O saldo remanescente, no valor de R\$ 65.739, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia, cabendo a aprovação de sua destinação à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas (AGO), que será realizada em abril de 2016.

No dia 21 de março de 2016, o Conselho de Administração aprovou o encaminhamento de uma proposta de distribuição do resultado de 2015, para deliberação pela AGO, que será realizada em abril de 2016, da seguinte forma: o valor de R\$ 12.011 destinado à distribuição como juros sobre o capital próprio (JCP) a todos os acionistas (já aprovado na AGE realizada em 03/12/2015), em parcela única em julho de 2016; dividendos propostos no valor de R\$ 15.276, perfazendo um total a distribuir de 27.287 representativos a 28,3% do lucro líquido do exercício de 2015; e que o saldo no valor de R\$ 62.767 seja destinado à Reserva de Expansão, permanecendo no patrimônio líquido da Companhia até deliberação pela AGO em abril de 2016.



## Financiamentos

Ao longo de 2015, a Ceg Rio manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes de empréstimos com taxas variáveis (indexadas ao CDI). Para 2016, a meta é a manutenção da busca contínua das melhores condições de financiamento.

## Panorama Tributário

A Ceg Rio busca constantemente a eficiência fiscal, de forma a garantir as boas práticas tributárias e a correta aplicação da legislação. O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos, com base na legislação tributária vigente.

Ceg Rio	2015	2014	Variação%
COFINS	14,63	11,44	27,80
PIS	3,13	2,84	10,20
IRPJ	35,47	48,17	-26,36
CSLL	7,98	33,92	-76,40
IOF	1,55	0,48	222,92
AGENERSA	15,11	14,22	6,26
ICMS	37,48	26,97	38,97
IPVA	0,03	0,03	0,00
IPTU	0,004	0,004	0,00
ISS	0,03	0,02	0,50
<b>TOTAL (MBRL)</b>	<b>115,41</b>	<b>138,09</b>	<b>-16,42</b>





Informe Anual 2015

## Valor Gerado para a Sociedade

Relacionamento com a sociedade 62

Acionistas 63



Gerardo Rueda.  
**Composição (Paisagem) II.**  
1957.  
40 x 130 cm.  
Óleo sobre tela.  
Museu de Arte  
Contemporânea (MAC)  
da Gas Natural Fenosa.

## Relacionamento com a Sociedade

Desde que a Ceg Rio deu início às suas atividades procurou sempre atuar com a visão além do negócio, buscando ser também uma organização transformadora da sociedade. Em 2015, a empresa apoiou projetos que foram importantes para suas áreas geográficas, trazendo valorização das pessoas e das características locais.

**O Petrópolis Gourmet** foi um desses projetos. A cidade destaca-se por sua importância histórica e belas paisagens, atraindo turistas durante o ano inteiro. E a gastronomia vem, ao longo de duas décadas, tornando-se cada vez mais um importante fator de atratividade para esse destino turístico. Os produtos da área rural de Petrópolis, aliados aos talentos dos chefes locais, fizeram com que a cidade fosse considerada um dos cinco melhores polos gastronômicos do país.

Em sua XV edição, o tema do Petrópolis Gourmet foi “Cozinha da Serra”. O público teve a oportunidade de visitar os circuitos ecoturais do Brejal, Taquaril, Secretário, Araras-Videiras e Bonfim, verificando a cultura e produção dos alimentos. Paralelo ao evento, aconteceu também o *Da Roça para a Mesa*, um encontro de produtores rurais e chefes. Os 57 restaurantes participantes preparam menus criados especialmente para o evento. Além disso, houve também uma exposição de conjuntos de louça dos titulares do Império Brasileiro, e a *Corrida dos Garçons*, competição reunindo garçons



dos restaurantes, com premiação para o que terminar o percurso em menor tempo sem derrubar as garrafas da bandeja.

Outro projeto que recebeu o apoio da Ceg Rio foi **Fazenda histórica – Viagem ao Tempo dos Barões e Escravos**. Através de visitas guiadas por historiadores, alunos da rede pública do Vale do Café, no Rio de Janeiro, foram levados à Fazenda São Luiz da Boa Sorte, em Vassouras, uma das mais importantes representantes das fazendas do Ciclo do Café, onde tiveram aulas em campo, com atividades lúdicas. Nesses encontros, foi apresentada não apenas a história dos barões, mas também a dos negros escravizados e sua importância para a economia cafeeira.

A cidade de Vassouras é reconhecida por possuir imponentes casarões e fazendas que formam um dos mais belos

conjuntos arquitetônicos do século XIX. A Fazenda São Luiz da Boa Sorte – que passou por recente restauração – foi, no passado, cenário para a história de personagens marcantes na história local.

O projeto tem como objetivo oferecer a oportunidade, para 5 mil jovens, de conhecer a história do século XIX. A expectativa é atender todas as escolas da rede municipal de ensino de Vassouras. O transporte para a fazenda é gratuito e durante a visita são distribuídas cartilhas para que alunos e professores possam acompanhar as atividades. De acordo com a secretaria de cultura de Vassouras, a intenção é que, assim que completarem o ciclo de escolas da cidade, o projeto estenda-se para outros municípios.

## Acionistas

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Ceg Rio estava representado por 1.995.022.644 ações (665.007.548 ordinárias e 1.330.015.096 preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Quantidade de Ações (1.995.022.632)*		Capital Social (%)	Quantidade de Ações (%)	
	Ordinárias	Preferenciais		Capital Votante (Ordinárias)	Preferenciais
Gas Natural (grupo)	468.575.702	720.345.159	59,60	70,46	54,2
Gas Natural Internacional SDG	468.575.701	720.345.159	59,59	70,46	54,2
Gas Natural SDG	1	0	0	0	0
Pluspetrol Energy S.A	22.256.472	37.594.206	3	3,35	2,8
Gaspetro	174.175.374	572.075.712	37,41	26,19	43
<b>Total</b>	<b>665.007.548</b>	<b>1.330.015.077</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

\*Não estão computadas ações detidas por Conselheiros de Administração

## A Administração

Diretoria Executiva 68

Conselho de Administração (Efetivos) 68



David Lista Ranha.  
**16 pedestais para  
25 monumentos.**  
1997.  
111 x 126 x 126 cm (16 uds.).  
Ferro, chumbo, lâmpadas  
e cola.  
Museu de Arte  
Contemporânea (MAC)  
da Gas Natural Fenosa.

## Diretoria Executiva

Bruno Armbrust  
**Diretor – Presidente**

Antoni Almela Casanova  
**Comercial**

José Eudes Freitas  
**Econômico-Financeiro**

Vicente de Angel Zafra  
**Técnico**

## Conselho de Administração (Efetivos)

Sérgio Manuel Aranda Moreno  
**(Presidente)**

Bruno Armbrust

Antoni Almela Casanova

Lluís Noguera Pujol-Xicoy

Francesc Solbes Pons

German Patricio Macchi

Clenardo Fonseca



# Desempenho Econômico-financeiro

Relatório dos auditores independentes sobre as  
demonstrações financeiras 74

Demonstrações financeiras de acordo com  
as práticas contábeis adotadas no Brasil  
em 31 de dezembro de 2015 78

Parecer do Conselho Fiscal 112

Relatório dos auditores  
independentes  
sobre as demonstrações  
financeiras



Fernando Babio.  
**Paisagem na neblina 2**  
(*Paisaje en la niebla 2*).  
1978.  
38 x 47 cm.  
Óleo sobre tela.  
Museu de Arte  
Contemporânea (MAC)  
da Gas Natural Fenosa.



## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

### Aos Administradores e Acionistas Ceg Rio S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Ceg Rio S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ceg Rio S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2016.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Maria Salete Garcia Pinheiro  
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Demonstrações  
financeiras de acordo  
com as práticas contábeis  
adotadas no Brasil em  
31 de dezembro de 2015



Manolo Quejido.  
**Baab.**  
1999.  
240 x 200 cm.  
Óleo sobre tela.  
Museu de Arte  
Contemporânea  
da Gas Natural Fenosa.

---



## Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2015	2014
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	65.377	28.455
Contas a receber de clientes (Nota 8)	275.714	301.214
Tributos a recuperar (Nota 9)	23.994	39.778
Outros ativos	2.755	1.192
	367.840	370.639
<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Tributos a recuperar (Nota 9)	6.965	6.638
Créditos restituíveis (Nota 22)	0	817
Depósitos judiciais	1.880	1.578
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	18.276	11.355
Outros realizáveis a longo prazo	41	53
	27.162	20.441
<b>Intangível (Nota 12)</b>	562.598	562.510
<b>Diferido (Nota 13)</b>	4.425	8.583
	594.185	591.534
<b>Total do ativo</b>	<b>962.025</b>	<b>962.173</b>

Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
<b>Circulante</b>		
Fornecedores (Nota 14)	282.324	295.045
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	80.532	8.836
Concessão a pagar (Nota 14)	71.771	79.870
Tributos a recolher (Nota 16)	6.918	26.123
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	1.374	1.296
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 17(b))	24.315	29.325
Demais contas e despesas a pagar	1.995	1.746
	469.229	442.241
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	195.097	159.403
Concessão a pagar (Nota 14)	0	79.870
Provisão para contingências (Nota 18)	5.564	5.035
Débitos restituíveis (Nota 23)	0	817
Recebimentos antecipados (Nota 20)	379	379
	201.040	245.504
<b>Total do passivo</b>	<b>670.269</b>	<b>687.745</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 17)</b>		
Capital social	96.067	96.066
Reserva de capital	90	90
Reservas de lucros	195.599	178.272
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>291.756</b>	<b>274.428</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>962.025</b>	<b>962.173</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
Receita líquida (Nota 21)	3.061.380	2.983.966
Custo do serviço (Nota 22)	(2.809.835)	(2.749.907)
<b>Lucro bruto</b>	<b>251.545</b>	<b>234.059</b>
Despesas gerais e administrativas (Nota 27)	(85.574)	(65.987)
Outras receitas, líquidas (Nota 25)	(2.225)	(2.561)
<b>Lucro operacional</b>	<b>163.746</b>	<b>165.511</b>
Resultado financeiro, líquido (Nota 26)	(33.096)	(629)
Receitas financeiras	7.495	3.740
Despesas financeiras	(40.591)	(4.369)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>130.650</b>	<b>164.882</b>
Imposto de renda e contribuição social – Corrente (Nota 16 (b))	(47.517)	(52.888)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido (Nota 10 (b))	6.921	(462)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>90.054</b>	<b>111.532</b>
Quantidade de ações em circulação	1.995.023	1.995.023
Lucro básico por ação	45,14	55,91

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital – Incentivos fiscais	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
			Expansão	Legal	Especial	Dividendo Adicional proposto		
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	96.058	90	76.862	19.211	-	105.386	-	297.607
Aumento de Capital	8	-	(8)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	111.532	111.532
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(105.386)	-	(105.386)
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	-	-	2	-	-	(2)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 4,8175 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(9.611)	(9.611)
Dividendos propostos (R\$ 9,8816 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(19.714)	(19.714)
Dividendo adicional sujeito a aprovação	-	-	-	-	-	82.205	(82.205)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	96.066	90	76.854	19.213	-	82.205	-	274.428
Aumento de Capital	1	-	(1)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(48.411)	-	(48.411)
Destinação do lucro do exercício anterior	-	-	-	-	33.794	(33.794)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	90.054	90.054
Destinação do lucro:								
Juros sobre o capital próprio (R\$ 6,0205 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(12.011)	(12.011)
Dividendos propostos (R\$ 6,1673 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(12.304)	(12.304)
Dividendo adicional sujeito a aprovação	-	-	-	-	-	65.739	(65.739)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	96.067	90	76.853	19.213	33.794	65.739	-	291.756

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	130.650	164.882
<b>Ajustes</b>		
Amortização	31.600	17.135
Contingência	529	(523)
Encargos provisionados	18.727	340
	50.856	16.952
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes	25.500	(160.003)
Tributos a recuperar e diferidos	51.992	20.211
Estoques	7	(69)
Outros ativos	(1.861)	(598)
Fornecedores	(28.919)	141.441
Obrigações trabalhistas	4	62
Concessão a pagar	(87.969)	159.740
Tributos a recolher	(106)	6.475
Partes relacionadas	78	67
Outros passivos	309	(1.078)
	(40.965)	166.248
<b>Caixa proveniente das operações</b>	140.541	348.082
Juros pagos sobre empréstimos	(12.366)	(2.769)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(62.555)	(69.345)
	(74.921)	(72.114)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	65.620	275.968
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do ativo intangível	(27.635)	265.208
Baixa de ativo intangível	104	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(27.531)	265.208
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortização de empréstimos	(8.969)	(21.217)
Ingresso de empréstimos	110.000	150.000
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.442)	(1.442)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(76.295)	(139.073)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	23.294	(11.732)
<b>Redução líquida de caixa e equivalente de caixa</b>	36.922	(33.534)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	28.455	61.989
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	65.377	28.455
<b>Transações que não envolveram caixa</b>		
Créditos/Débitos restituíveis (Nota 23)	817	(149.638)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1 Informações gerais

A Ceg Rio S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão (Nota 19.2), operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes.

A Ceg Rio S.A. é controlada pelo Grupo Gas Natural Fenosa, cuja a sede é em Barcelona – Espanha.

A concessão obtida junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agensera), tem o prazo de 30 anos, contados a partir de 21 de julho de 1997, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da Ceg Rio S.A. inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a Ceg Rio S.A. deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e os equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão, conforme descrito na Nota 2.7 (i).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de março de 2016.

## 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

#### (a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

#### (b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2015 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com um risco insignificante de mudança de valor.

### 2.3 Ativos financeiros

#### 2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados, e foram classificados como empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço.

#### 2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### 2.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das

atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa “PCLD” ou “*impairment*”, considerando os critérios descritos na Nota 2.9. Na prática, as contas a receber são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

### 2.5 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

### 2.6 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos sem a liquidação concomitante do correspondente passivo.

### 2.7 Ativos intangíveis

#### (i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços ou prazo do contrato, dos dois o menor.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.



**(ii) Programas de computador (*softwares*)**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 12.

**(iii) Servidão de passagem**

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 12).

**2.8 Diferido**

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 13).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

**2.9 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2015 em decorrência dessa avaliação.

**2.10 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Normalmente, as contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo.

**2.11 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**2.12 Benefícios a empregados****Participação nos lucros**

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

**2.13 Provisões**

As provisões para ações judiciais e decorrentes de compras de gás para fornecimento às térmicas (Nota 23) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

## 2.15 Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido.

## 2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

## 2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### (a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

### (b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

### (c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

### (d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às

contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

## 2.18 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

- IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Ceg Rio S.A..

## 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

### 3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Ceg Rio S.A. faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### (a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 8). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 220.602 (2014 = R\$ 235.677).

**(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional de R\$ 99.591 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 65.777 em 31 de dezembro de 2014).

**(c) Vida útil do ativo intangível**

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

**(d) Provisão para contingência**

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

**4 Gestão de risco financeiro****4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído, inclusive com ajuste extemporâneos em caso de variação significativa no custo de gás. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2015, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

**(a) Risco de mercado****(i) Risco cambial**

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira. A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a

obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. A Companhia não possui operações de investimentos financeiros derivativos e nem operações atreladas à variação cambial em aberto em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

**(ii) Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2015, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$ 455 (2014 – R\$ 278), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

**b) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado – instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha. Com relação as contas a receber, os ativos vencidos e não *impaired* referem-se a clientes sem histórico de perda.

**(c) Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 8 são divulgados os ativos de que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante em função da transferência de dívida de longo prazo para curto, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a CEG RIO S.A. goza de boa avaliação creditícia. A Companhia não trabalha com estoque de gás.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>			
Empréstimos e financiamentos	86.432	101.774	160.602
Fornecedores e concessão a pagar	354.095		
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>			
Empréstimos e financiamentos	9.364	86.292	116.664
Fornecedores e concessão a pagar	374.915	79.870	

#### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim sumariados:

	2015	2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	275.628	168.239
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(65.376)	(28.455)
Dívida líquida	210.252	139.784
Total do patrimônio líquido	291.756	274.428
Total do capital	502.008	414.212
Índice de alavancagem financeira - %	42%	34%

O aumento no índice de alavancagem financeira em 2015 foi decorrente, principalmente, dos investimentos realizados ao longo do ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

#### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

#### 5 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais.

Os instrumentos financeiros são integralmente classificados como empréstimos e recebíveis no ativo no valor de R\$ 342.971 (2014 = R\$ 331.247) e como outros passivos financeiros no valor de R\$ 631.098 (2014 = R\$ 624.320).

	Empréstimos e recebíveis
<b>31 de dezembro de 2015</b>	
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>	
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	275.714
Caixa e equivalentes de caixa	65.377
Depósitos Judiciais	1.880
	342.971
	<b>Outros passivos financeiros</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>	
<b>Passivo, conforme o balanço patrimonial</b>	
Empréstimos	275.628
Fornecedores	282.324
Concessão a pagar	71.771
Partes relacionadas	1.374
	631.097
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>
<b>31 de dezembro de 2014</b>	
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>	
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	301.214
Caixa e equivalentes de caixa	28.455
Depósitos Judiciais	1.578
	331.247
	<b>Outros passivos financeiros</b>
<b>31 de dezembro de 2014</b>	
<b>Passivo, conforme o balanço patrimonial</b>	
Empréstimos	168.239
Fornecedores	295.045
Concessão a pagar	159.740
Partes relacionadas	1.296
	624.320

#### 6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 55.550 clientes do segmento residencial, comercial, industrial, veicular e geração elétrica, porém existe a concentração/dependência do segmento industrial tendo como principal fonte de receita a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) cujo faturamento representa aproximadamente 70% do total sem considerar as térmicas.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	32.676	28.455
Aplicação	32.701	
	<b>65.377</b>	<b>28.455</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata possuem taxa de juros em 100% do CDI. A variação no saldo é devido a uma maior necessidade de liquidez em 2015 do que em 2014.

## 8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	2015	2014
Consumidores de Gás e Serviços		
Faturado	115.441	120.046
Não faturado	220.602	235.677
	336.043	355.723
Contas a receber	337.198	356.833
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(61.484)	(55.619)
Contas a receber de clientes, líquidas	275.714	301.214

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), se aproximam do valor justo.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
A vencer	261.651	291.057
Vencidas até três meses	12.949	8.784
De três a seis meses	1.114	1.374
Acima de seis meses	61.484	55.619
	<b>337.198</b>	<b>356.834</b>

A variação identificada nos saldos do contas a receber ocorreu em virtude da queda no volume faturado no segmento industrial, que, devido a crise econômica, as indústrias estão diminuindo o uso de gás em suas linhas de produção.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes antigos do segmento industrial, clientes esses de longa data da Companhia, que acumularam uma dívida histórica de R\$ 7.407,

R\$ 15.305 e R\$ 29.413, respectivamente. Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, foi assinado um compromisso final de quitação parcelada de todos os valores vencidos através de acordos finais concluídos em dezembro de 2005 e janeiro de 2006, respectivamente. O fornecimento de gás ficou condicionado ao estrito cumprimento das cláusulas dos citados acordos, que previam o pagamento antecipado. Os acordos finais também não foram cumpridos, resultando no corte do fornecimento de gás através de decisões judiciais e consequentes execuções desses acordos que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás – PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à Ceg Rio S.A.. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final provável a CEG RIO S.A.. Por isso a administração optou por manter o valor provisionado.

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2015	2014
Em 1º de janeiro	55.619	52.546
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	5.865	8.645
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	0	(5.572)
Em 31 de dezembro	<b>61.484</b>	<b>55.619</b>

Os créditos vencidos há mais de seis meses são objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso com 10 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$ 5 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A Companhia possui uma carteira de 55.550 clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração e, exceto pelos créditos em atraso dos três clientes industriais, como também, pelo faturamento à CSN (Nota 6) não há concentração significativa nos seus demais clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

As demais contas a receber do balanço não contêm ativos *impaired*.

## 9 Tributos a recuperar

	2015	2014
Imposto de renda	75	5
Contribuição social (a)	27	22.394
ICMS a recuperar (b)	22.986	15.789
PIS (c)	1.315	1.356
COFINS (d)	6.057	6.247
Demais tributos (c)	499	625
	30.959	46.416
Curto prazo	(9.053)	(39.778)
Longo prazo	21.906	6.638

(a) Refere-se a antecipações mensais da contribuição social.

(b) Refere-se a créditos de ICMS sobre aquisição de gás Nota fiscal da Petrobrás, compensados mensalmente.

(c) Refere-se, a novo regime especial aplicado à Petrobrás, adotado pela Receita Federal, permitindo crédito de períodos posteriores ao fato gerador.

(d) Refere-se substancialmente, a impostos retidos na fonte a recuperar.

## 10 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### (a) Composição

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os seguintes eventos:		
Provisão para devedores duvidosos	10.132	8.182
Provisão para contingências	7.109	1.759
Fornecedores – governo	240	416
Receita de ajuste a valor presente	(203)	(199)
Outras adições e exclusões	34	34
Ativo diferido	964	1.163
Não circulante	18.276	11.355

### (b) Movimentação

	IR e CS diferidos sobre:						
	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecedor governo	Mudança de práticas	Outras adições exclusões	Ativo diferido	Total
Em 31 de dezembro de 2014	8.182	1.759	416	(199)	34	1.163	11.355
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.950	5.350	(176)	(4)	-	(199)	6.921
Em 31 de dezembro de 2015	10.132	7.109	240	(203)	34	964	18.276

### (c) Realização

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
2015		1.403
2016	2.194	2.262
2017	3.655	2.262
2018	3.655	2.262
2019	3.655	2.262
2020	3.655	452
2021	731	452
2022	731	
	18.276	11.355

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

## 11 Contas de partes relacionadas

	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG	1.374		12.668
Gás Natural do Brasil S.A.			125
Em 31 de dezembro de 2015	1.374	-	12.793
Em 31 de dezembro de 2014	1.296	-	12.778

Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – Ceg por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Salários e encargos	541	553
Honorários dos administradores	3.384	3.692
Participação nos lucros	127	114
	4.052	4.359

## 12 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (c)	Servidões de Passagem (a)	Software (b)	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	-	110	250	309.182	309.542
Aquisição	239.610	-	-	25.598	265.208
Amortização	-	(19)	(163)	(12.058)	(12.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	239.610	91	87	322.722	562.510
Custo total	239.610	281	1.477	422.133	663.501
Amortização acumulada	-	(190)	(1.390)	(99.411)	(100.991)
Valor residual	239.610	91	87	322.722	562.510
Saldos em 1º de janeiro de 2015	239.610	91	87	322.722	562.510
Aquisição	-	-	520	51.870	52.390
AVP – Aditivo Contratual	(24.756)	-	-	-	(24.756)
Baixas líquidas	-	-	-	(104)	(104)
Amortização	(14.233)	(17)	(134)	(13.058)	(27.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	200.621	74	473	361.430	562.598
Custo total	214.854	281	1.997	474.003	691.135
Amortização acumulada	(14.233)	(207)	(1.524)	(112.573)	(128.537)
Valor residual	200.621	74	473	361.430	562.598
Taxas anuais de depreciação (%)	6,7	6,7	20	Diversas	

(a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(b) *Software* em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

(c) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de R\$ 239.610 referente ao aditivo contratual firmado entre a Ceg Rio S.A. e o Estado do Rio de Janeiro em 09/12/2014, onde a Ceg Rio S.A. passa a deter o direito de abastecer as regiões de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu com GNC/GNL.

O valor será pago em três parcelas de R\$ 79.870, sendo a 1ª parcela paga em 23/12/2014 e as demais serão pagas em 30/12/2015 e 30/12/2016. Seus valores estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante sobre a denominação de concessão a pagar. Considerando que trata-se de um aditivo que está sendo incorporado ao contrato inicial de concessão, a amortização final será em 2027, quando do vencimento do contrato, a partir de 1º de janeiro de 2015.

A composição dos bens incluídos na conta de contrato e infraestrutura de concessão está apresentado a seguir:

	Rede de gás	Outros	Total da operação	Intangível em Andamento (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	267.166	11.346	278.512	30.670	309.182
Aquisição	2.395	560	2.955	22.643	25.598
Transferência para imobilizado em operação	22.540	-	22.540	(22.540)	-
Amortização	(10.464)	(1.594)	(12.058)	-	(12.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	281.637	10.312	291.949	30.773	322.722
Custo total	368.027	23.333	391.360	30.773	422.133
Depreciação acumulada	(86.390)	(13.021)	(99.411)	-	(99.411)
Valor residual	281.637	10.312	291.949	30.773	322.722
Saldos em 1º de janeiro de 2015	281.637	10.312	291.949	30.773	322.722
Aquisição	2.680	1.360	4.040	47.830	51.870
Transferência para imobilizado em operação	26.440	-	26.440	(26.440)	-
Baixas líquidas	(104)	-	(104)	-	(104)
Amortização	(11.431)	(1.627)	(13.058)	-	(13.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	299.222	10.045	309.267	52.163	361.430
Custo total	397.147	24.693	421.840	52.163	474.003
Depreciação acumulada	(97.925)	(14.648)	(112.573)	-	(112.573)
Valor residual	299.222	10.045	309.267	52.163	361.430
Taxas anuais de depreciação (%)	3,3 a 8,3	Diversas			

(d) Obras em andamento refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram de R\$ 3.326 (R\$ 700 em 31 de dezembro de 2014) à taxa média de 14,20% (11,39% em 31 de dezembro de 2014).

Existem, na Companhia, bens do intangível que embora totalmente amortizados, ainda encontram-se em uso. Estes perfazem o total de R\$ 28.172 (R\$ 12.528 em 31 de dezembro de 2014) e se referem preponderantemente a veículos, máquinas e equipamentos e *software*.

## 13 Diferido

	Captação e Transformação	Sistemas e Métodos	Total da operação
Saldos em 1º de janeiro de 2014	13.478	-	13.478
Amortização	(4.896)	-	(4.896)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.582	-	8.582
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(45.707)	(111)	(45.818)
Valor residual	8.583	-	8.583
Saldos em 1º de janeiro de 2015	8.583	-	8.583
Amortização	(4.158)	-	(4.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.425	-	4.425
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(49.865)	(111)	(49.976)
Valor residual	4.425	-	4.425
Taxas anuais de depreciação (%)	10	10	

Os gastos com o projeto de captação de clientes referem-se à adequação e construção das instalações de gás a partir do medidor, de propriedade do cliente, a fim de deixá-las aptas ao uso de gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalação Predial (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pode ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

#### 14 Fornecedores

	2015	2014
De Gás	(271.935)	(285.382)
De Materiais	(3.384)	(3.896)
De Serviços	(7.005)	(5.767)
	(282.324)	(295.045)
Concessão (Nota 12)	(71.771)	(159.740)
	(354.095)	(454.785)

#### 15 Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Financiamentos	9.285	19.036
Linhas de crédito	266.344	149.203
	275.629	168.239
Circulante	(80.532)	(8.836)
Não circulante – Exigível a longo prazo	195.097	159.403

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. A Companhia terminou o ano com um custo médio de 107,4% do CDI (92,5% em 2014).

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Em moeda nacional						
Banco Safra		X	746	110.000		
Banco Mizuho		X	626	80.000	523	80.000
Banco do Brasil		X	74.972		337	68.342
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (i)	X		4.188	5.097	7.976	11.061
			80.532	195.097	8.836	159.403

(\*) Fn - Financiamento, Lc – Linha de crédito

As linhas de créditos em moeda nacional têm encargos de 110% da variação do CDI. A Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos. Operações *clean*, sem garantias e sem *covenants*.

As operações de financiamentos referem-se a:

(i) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificadamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificadamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento em 2018 e possui, como garantia, fiança bancária cuja contratação será por desembolso. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são os seguintes:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
2016		72.491
2017	82.322	84.147
2018	112.775	2.765
	195.097	159.403

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 40.000, com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

#### 16 Tributos a recolher

##### (a) Composição do saldo

	2015	2014
Imposto de renda a pagar	42	19.099
ICMS	3.540	3.147
Taxa Agência Reguladora	1.454	1.517
Outros	1.882	2.360
	6.918	26.123

##### (b) Reconciliação do benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social:

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				
	130.650	130.650	164.892	164.892
Despesa de imposto de renda e da contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(32.663)	(11.759)	(41.223)	(14.840)
<b>Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:</b>				
Juros sobre o capital próprio	3.003	1.081	2.403	865
Incentivos fiscais	224		24	-
Outros	(354)	(127)	(423)	(156)
Despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração de resultado	(29.790)	(10.805)	(39.219)	(14.131)
Alíquota efetiva	23%	8%	24%	9%



## 17 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social está representado por 1.995.023 mil ações, sendo 665.008 mil ordinárias e 1.330.015 mil preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Residentes no exterior:		
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	22.257	37.594
Gas Natural Internacional, SDG S.A.	468.576	720.345
Residentes no país:		
Gaspetro – Petrobras Gás S.A.	174.175	572.076
	665.008	1.330.015

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital de acordo com o Estatuto.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2014, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 1 mil e R\$ 8 mil, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

### (b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2015	2014
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos	90.054	111.532
Constituição da reserva legal	(0)	(2)
Base de cálculo dos dividendos	90.054	111.530
Dividendos mínimos obrigatórios	24.315	29.325
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	12.011	9.611
Dividendos – parcela do mínimo obrigatório	12.304	19.714
Dividendos adicionais propostos a aprovar	65.739	82.205
	90.054	111.530
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	100,00	100,00

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2015 e a Assembleia Geral Extraordinária de 22 de outubro de 2015 aprovaram a seguinte distribuição de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014: R\$ 9.611 em forma de JCP, 68.125 em forma de dividendos e 33.794 em forma de reserva especial.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2015,

aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros à longo prazo – TJLP a serem distribuídos aos acionistas no valor R\$ 12.011.

Em consonância com a Deliberação nº 683/12 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), foram contabilizados em dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 12.304. O saldo remanescente, no valor de R\$ 65.739, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas que será realizada em abril de 2016.

No dia 21 de março de 2016, o Conselho de Administração aprovou o encaminhamento de uma proposta de distribuição do Resultado findo em 31 de dezembro de 2015, para deliberação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que será realizada em abril de 2016, da seguinte forma: o valor de R\$ 12.011 destinado à distribuição como juros sobre o capital próprio (JCP) a todos os acionistas (já aprovado na AGE realizada em 03/12/2015), em parcela única em julho de 2016; dividendos propostos no valor de R\$ 15.276, perfazendo um total a distribuir de 27.287 representativos a 28,3% do lucro líquido do exercício de 2015; e o saldo no valor de R\$ 62.767 sejam destinados à Reserva de Expansão, permanecendo no patrimônio líquido da Companhia até deliberação pela AGO em abril de 2016.

### (c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### (d) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

### (e) Reserva especial

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de outubro de 2015, em conformidade com o §5º do artigo 202 da Lei 6.404/76, considerando o endividamento da Companhia, os acionistas decidiram por unanimidade reter parte do lucro deixando de distribuí-lo. Desta forma, foi constituída uma reserva especial, com saldo no montante de R\$ 33.794 mil, que não sendo absorvida por prejuízos em exercícios subsequentes, deverá ser paga como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

## 18 Contingências e depósitos judiciais

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2015	2014
Cíveis	2.790	3.496
Tributárias	1.171	1.167
Regulatória	996	-
Trabalhistas	607	372
	5.564	5.035

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.035
Adições	654
Baixas	(683)
Atualizações monetárias	558
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.564

A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

	2015			2014		
	Provisões	Depósitos	Líquido	Provisões	Depósitos	Líquido
Cíveis	2.790		2.790	3.496	-	3.496
Tributárias	1.171		1.171	1.167	-	1.167
Regulatória	996		996	-	-	-
Trabalhistas	607		607	372	-	372
	5.564	-	5.564	5.035	-	5.035

As contingências tributárias referem-se principalmente à compensação indevida de ICMS antes do pagamento do imposto. A Companhia interpôs uma ação anulatória para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e anular respectivo ato declaratório de débito fiscal, considerando que a empresa já havia recolhido a integralidade dos valores exigidos a título de diferencial de alíquotas dos bens adquiridos de outro Estado.

As contingências cíveis referem-se principalmente aos processos interpostos para anular as multas aplicadas pela Agência Reguladora e processos de baixa complexidade de reclamações de consumidores.

Existem outros processos nas esferas estadual e federal que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 29.012 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 35.411 em 31 de dezembro de 2014) e referem-se, principalmente, ao seguinte processo:

Em 19 de outubro de 2009, a Companhia foi notificada da decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária no Rio de Janeiro, que homologou parcialmente as compensações procedidas pela Companhia, reconhecendo, tão somente, os valores de R\$ 1.471 e não os R\$ 4.943 resultantes de crédito de saldo negativo da CSLL do ano-calendário de 2005, exercício de 2006, informados por meio do PERDCOMP, utilizados para o pagamento de débitos próprios de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 seria de 10.261 (R\$ 9.770 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, a Companhia possui um montante de R\$ 269 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 327 em 31 de dezembro de 2014) referente a contingências trabalhistas classificadas como chance de êxito possível também não provisionada.

Em cumprimento ao Decreto estadual 41.057/07, a Companhia retém o ICMS referente às operações com gás natural veicular (GNV) e realiza o pagamento quando da apuração.

## 19 Compromissos

### 19.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para uso convencional (“CONTRATO”), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 14 de outubro de 2015 foi celebrado o termo aditivo nº 8 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no qual as partes ajustaram a pressão de fornecimento mínima do ponto de entrega Pirai na área de concessão da CEG RIO.

Por esse contrato, a CEG RIO se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC – compromisso *Take or Pay(ToP)* para o ano de 2015 a 2019.

Ao final de 2015, com os dados reais apurados até o encerramento do ano vigente, não há pagamento de ToP.

### 19.2 Compromisso com poder concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a Ceg Rio S.A. assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a Ceg Rio S.A. assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios, Itatiaia, Teresópolis, Cachoeira de Macacu, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Saquarema.

Os municípios Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios e Itatiaia já são atendidos com rede de gás canalizado, em cumprimento aos compromissos assumidos nos Termos Aditivos.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos demais municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendidos os Municípios de Teresópolis, Nova Friburgo e Angra dos Reis por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG RIO S.A. de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 2013-2017, prevê um montante de investimento correspondente a R\$ 320.049 mil (moeda dez/11, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), já ajustado pela assinatura do 3º Termo Aditivo, tendo sido realizado até dez/15 28% deste valor, sendo que a concessionária pretende cumprir a meta estabelecida até o fim do ciclo tarifário.

## 20 Recebimentos antecipados

Representado pelo pagamento antecipado para possibilitar a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental do projeto para atendimento à termelétrica UTE Resende, decorrente do contrato de prestação do serviço de distribuição de gás celebrado entre Ceg Rio S.A. e Ômega Engenharia e Assessoria Ltda.

Este pagamento foi reconhecido no passivo já que representa antecipação de consumos futuros.

## 21 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2015	2014
Venda de gás	3.258.869	3.184.637
Contratos de construção	47.430	22.636
Outras receitas	870	1.024
<b>Total receita bruta</b>	<b>3.307.169</b>	<b>3.208.297</b>
(-) Deduções da receita bruta	(245.789)	(224.331)
<b>Receita líquida</b>	<b>3.061.380</b>	<b>2.983.966</b>

## 22 Custo do serviço

	2015	2014
Compra de gás e de serviços	(2.762.405)	(2.727.271)
Custo dos contratos de construção	(47.430)	(22.636)
	(2.809.835)	(2.749.907)

## 23 Débitos restituíveis – compromisso de “Take or Pay” no contrato com termelétricas

A CEG RIO S.A. possui um contrato de fornecimento de gás firme, assinado com a UTE Norte Fluminense, a qual pertence ao Grupo EDF. Este contrato prevê, além de outros compromissos, um compromisso (mensal e anual) de consumo, denominado “Take or Pay”, no qual são estabelecidas metas mínimas a serem atingidas (56% e 70% da Quantidade Diária Contratada respectivamente), independente da quantidade de gás efetivamente consumida a cada período. O não cumprimento dessas metas acarreta em cobranças adicionais à termelétrica, bem como em pagamentos correspondentes à Petrobras, nesse caso na qualidade de fornecedora da Ceg Rio.

Os pagamentos recebidos em exercícios anteriores foram reconhecidos no passivo já que, de acordo com o contrato de fornecimento, representam antecipações de consumos futuros acima dos limites mínimos estabelecidos. Além disso, o baixo consumo da UTE Norte Fluminense em anos anteriores fez com que a Ceg Rio S.A. também não atingisse os limites mínimos previstos no contrato. Dessa forma, o mesmo valor foi pago pela Ceg Rio S.A. à Petrobrás e foi registrado no ativo como antecipação de consumo futuro, na conta créditos restituíveis.

Durante os exercícios de 2015 e de 2014, a UTE Norte Fluminense não realizou nenhum pagamento relativo ao compromisso mensal e anual de “Take or Pay”, pois ao longo destes anos, não ultrapassou o compromisso mensal estabelecido.

Como a UTE Norte Fluminense não ultrapassou o compromisso mensal estabelecido em nenhum mês de 2015, a mesma não possui direito de recuperar gás pago e não retirado em exercícios anteriores.

Abaixo a movimentação desses compromissos restituíveis:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	817
Recuperação de <i>Take or pay</i>	(817)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	0

## 24 Revisão tarifária

No final do segundo semestre de 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da Agenera, por meio da Deliberação Agenera nº 1.795. Assim, a Agenera definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposta pela Ceg Rio e estabeleceu uma compensação por conta da não realização de investimentos pontuais deliberados para o quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução -13,7%.

No entanto, a Deliberação Agenera 1.795 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18/12/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a Agenera homologou nova Deliberação de Nº 1.880, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014.

Em razão do atraso para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, durante este período de 12 meses, a Concessionária arrecadou um montante financeiro superior ao devido, desta forma, assim a Agenera também determinou um fator de retroatividade que será aplicado às margens durante os anos 2014/2017, o que representa uma redução adicional de -7,91% neste período.

## 25 Outras despesas operacionais, líquidas

	2015	2014
Ganho na venda de equipamentos	(3)	(1)
Penalidades e indenização a terceiros	655	582
Tributos e taxas fiscais	1.117	1.360
Baixa (recuperação) de materiais e equipamentos	(55)	123
Cessão de capacidade de duto	487	461
Demais despesas, líquidas	24	36
	2.225	2.561

## 26 Resultado financeiro, líquido

	2015	2014
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas sobre aplicações financeiras	3.042	1.103
Juros e multas	1.384	860
Outras receitas financeiras	2.893	873
Atualizações monetárias ativas	176	904
	7.495	3.740
<b>Despesas financeiras</b>		
Comissões	-	(45)
Encargos de empréstimo	(21.184)	(2.424)
IOF	(1.552)	(486)
Outras despesas financeiras	(752)	(999)
Apropriação de juros de concessão a pagar	(16.657)	-
Atualizações monetárias passivas	(446)	(415)
	(40.591)	(4.369)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(33.096)</b>	<b>(629)</b>

A variação do resultado financeiro do ano de 2015 em relação ao ano de 2014 foi motivada, principalmente, pelo maior volume de dívida e pelo termo aditivo ao contrato de concessão.

## 27 Serviços administrativos e outros gastos gerais

	2015	2014
Custo de pessoal	4.052	4.359
Utilidades, materiais e serviços	6.095	4.258
Serviços de manutenção	5.807	5.150
Serviço de profissionais independentes e contratados	1.743	1.540
Serviço de profissionais contratados	26.407	27.177
Gastos gerais de escritório	519	469
Viagens e estadas	20	25
Aluguéis	618	569
Propaganda e publicidade	2.541	2.986
Perdas e recuperação de créditos	6.067	3.291
Provisões (reversão), líquidas	104	(972)
Amortização atividade meio (Notas 12 e 13)	31.600	17.136
	85.573	65.988

## 28 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	490.500
Responsabilidade civil geral (*)	250.190
Responsabilidade civil – Administradores – diretores e dirigentes (**)	4.000

(\*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO S.A.

(\*\*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG, CEG RIO, GNPS, GNB e GNFE.

## Parecer do Conselho Fiscal



David Lista Ranha.  
**16 pedestais para  
25 monumentos.**  
1997.  
111 x 126 x 126 cm (16 uds.).  
Ferro, chumbo, lâmpadas  
e cola.  
Museu de Arte  
Contemporânea (MAC)  
da Gas Natural Fenosa.

## Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da CEG RIO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, a proposta de Destinação do Resultado e a proposta de aumento do capital social pela incorporação de reservas de lucros.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, com data de 21/03/2016, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 21 de março de 2016.

Paulo Andrade Rodrigues

Renato Achutti

José de Melo

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Alessandra Maria Rodrigues Cordeiro

